

# EM TEMPO:

Quinzenário nacional • Ano VI • nº 143 • De 28/1 a 11/2 de 1982

Cr\$ 70,00

## ELIS



Sua morte parece obra de deuses terríveis e ciumentos com a promessa de vida da arte de Elis. Última página.

# LULA 82



“Estamos entrando numa era de grandes definições”

“Não basta ganhar: temos que ter força para sustentar a posse”

“A classe trabalhadora vai começar a brigar pelo poder”

A cobertura completa do lançamento de Lula para o governo de São Paulo e dos demais candidatos do PT para os cargos majoritários. O seu discurso na convenção do partido, e uma entrevista exclusiva com o primeiro candidato operário a um governo de estado na história do país.

(Págs. 3 a 11)

## JARI



Os bastidores e os interesses em jogo da negociata escandalosa.

Pg. 2



## O Solidariidade resiste

Um artigo inédito de Zbigniew Kowalewski, líder do sindicato em Lodz  
Pág. 16 e 17

# A negociata do Jari

A propaganda de cunho nacionalista do governo só esconde os interesses favorecidos do milionário americano e as pressões do capitalismo internacional.

Mais grave do que o silêncio do governo sobre as verdadeiras circunstâncias que envolveram as negociações que resultaram no repasse do império do Jari para um pool de empresários nacionais sob o comando de Azevedo Antunes só mesmo a pretensão de apresentá-lo como um ato de soberania nacional ou de interesse público.

Já há algum tempo, o empresário norte-americano Daniel Ludwig vinha pressionando o governo brasileiro a socializar os prejuízos crescentes do Jari no qual havia investido um bilhão de dólares em projetos faraônicos mas equivocados. Em 1979 a Jari Florestal e Agropecuária, por conta do fracasso dos negócios envolvendo a produção de celulose, caulim e arroz, teve um prejuízo operacional de 2,6 bilhões de cruzeiros que cresceu para mais de cinco em 1980. No ano seguinte, a situação desastrosa do império Jari veio a público com a desativação dos planos de expansão e a dispensa de metade dos mais de sete mil empregados.

Cresceu, então, a pressão do empresário Ludwig sobre o governo. Em pauta, a participação do governo no empreendimento, a responsabilização do BNDE pela construção das vilas residenciais do Jari, a legalização de uma área de 2,4 milhões de hectares. Em junho de 1981 quando vencia uma parcela de 20 milhões de dólares de uma dívida

de 200 milhões contraída pelo Jari no exterior com o aval do BNDE, Ludwig se negou a pagar. Em outubro de 1980, através de uma carta agressiva ao então ministro Golbery, Ludwig exigia urgência no atendimento de seus pedidos sob pena de paralisar completamente as operações florestais e a usina de celulose. Ludwig jogava, então, com o inevitável desgaste no exterior de uma falência de um investimento tão vultuoso no Brasil no momento em que Delfim se via em apuros permanentes na captação de dólares no exterior.

Na época, o ministro Delfim chegou a viajar a Londres para estabelecer negociações com Ludwig, tendo como intermediário seu velho amigo, o "testa-de-ferro" Azevedo Antunes. O resultado preliminar do encontro foi uma negociata na qual o BNDE se descompromissava do aval do empréstimo contraído pelo Jari e em troca concedia um empréstimo de 35 milhões de dólares a Antunes para que ele comprasse participações do grupo Ludwig na MBR e na Saint John Del Rey Mine, empresas de mineração.

## Pressões bem sucedidas

As negociações evoluíram e a resolução do impasse veio a ser a recém anunciada, envolvendo o governo, Ludwig, Antunes e um pool de 23 empresários nacionais. O governo assumiu a dívida de 180

milhões de dólares em troca de ações mas sem direito a voto. Azevedo Antunes, em um negócio cujos termos escandalosamente não foram revelados, comprou de Ludwig a Caulim exportadora por 40 milhões de dólares, assumindo a condição de sócio dirigente da empresa. Um grupo de 23 grandes grupos empresariais brasileiros subscreveu 60 milhões de dólares em ações.

O fato é que Ludwig foi bem sucedido em suas pressões. Livrou-se do pagamento de dívidas, reobteve as condições de operacionalidade lucrativa do investimento sem desembolsar um tostão e ainda manteve, através do contrato celebrado, a plantação de arroz (100 milhões), a jazida de bauxita (600 milhões) e ainda títulos na nova empresa no valor de 480 milhões de dólares. Além disso, conserva participação na direção da nova empresa através de Antunes (seu amigo e sócio) e da posse de títulos que lhe permitem fiscalizar o empreendimento.

Enfim, sob a capa dos interesses nacionais propagandeados, a negociata do Jari esconde o contrário: a otimização dos interesses de um poderoso grupo capitalista americano em um momento em que as condições de negociação do governo brasileiro se vêm particularmente debilitadas por uma dívida externa de 70 bilhões de dólares e uma profunda dependência política.

## Um novo escândalo FIAT Minas trapaceia em silêncio

Protegido pelo recesso parlamentar e pela polarização dos comentários sobre a negociata do Jari, o governo mineiro assumiu o pagamento de quase 15 bilhões de cruzeiros devidos pela FIAT Automóveis a um grupo de bancos liderados pelo Citicorp. A nova injeção de dinheiro do Estado na empresa na qual é sócio minoritário certamente o obrigará a rever o programa de investimentos previstos para 1982 em transporte, energia e saneamento já que a situação orçamentária de Minas é calamitosa (uma dívida externa de 41 bilhões e um decréscimo na arrecadação do ICM - o principal imposto - no ano passado).

O investimento foi justificado pelo governador Francelino Pereira como necessário para sanar a situação financeira da FIAT e evitar que ela viesse fechar as portas, colocando 15 mil operários na rua. Uma medida onerosa, mas enfim humanitária. Uma generosidade, porém, que a empresa italiana não teve com seus empregados no ano passado quando ocupou as páginas da imprensa por causa de dispensas massivas de pessoal.

Se é verdade que a FIAT vem passando por momentos de "vacas magras", como de resto toda a indústria automobilística, não ficou em nenhum momento demonstrado que a situação da empresa era de insolvência. A FIAT

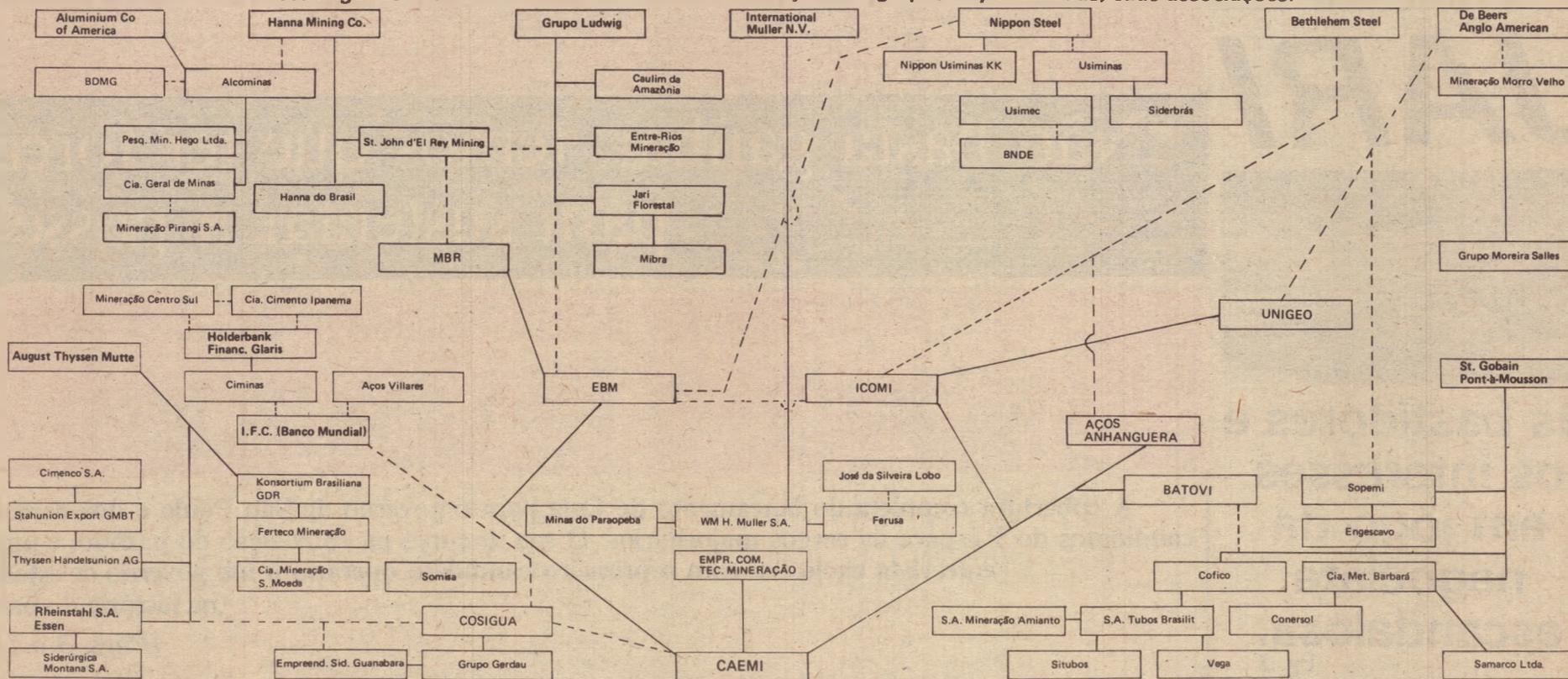
ainda não revelou publicamente os seus presumidos prejuízos em 1981 nem o Estado exigiu qualquer auditoria contábil nas finanças da empresa. O que é particularmente chocante para a sustentação dos pontos de vista de Francelino quando se sabe que a FIAT foi já punida por remessa ilegal de dólares para o exterior em 1979.

O argumento de Francelino sequer é novo e já foi chamado a justificar outras injeções monetárias na empresa. Foi o que ocorreu em 1974 quando o governo dispendeu 71,5 milhões de dólares; em 1975 quando mais 40 milhões de dólares foram investidos e em 1979 quando 70 milhões se somaram ao dinheiro público já transferido para os negócios da empresa. Ao final, por conta das seguidas chantagens da empresa o governo mineiro já colocou lá mais de quatro vezes do previsto quando da instalação da empresa em Minas.

E se, ao final, se aceitasse a lógica do raciocínio do governador de que o Estado estava em um beco sem saída, passando por cima dos mínimos critérios de honestidade no trato do dinheiro público, caberia perguntar: quem é o responsável por este diabo de negócio no qual se investe dinheiro do povo, se recebe de volta só prejuízos e, além disso, não se tem o mínimo controle sobre seu destino?

## As ligações multinacionais do grupo Antunes

Antunes (CAEMI-ICOMI), o maior grupo minerador privado do país é filho-irmão das principais companhias estrangeiras. As linhas cheias indicam as ramificações do grupo; as pontilhadas, suas associações.



Fonte: Relatório Reservado, nº 575 de 17 a 23/10/1977

## EM TEMPO:

Conselho Editorial: Aloisio Marques, Alvaro Merlo, Américo Bernardes, Antonio Helder, Carlos Henrique Arabe, Flávio Andrade, Joaquim Soriano, José Luiz Nadai, Juarez Guimarães, Julio Tavares, Luci Ayala, Marcio Gomes, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Regis Moraes, Virgínia Pinheiro.

Jornalista Responsável: Vilma Amaro - Reg. MTPS nº 9.149.

EM TEMPO é uma publicação da Editora Aparte Ltda. R. Francisco Leitão, 57 - Pinheiros, São Paulo, CEP 05414 - Fone: 852-8880 - CGC. 46.093.589/0001-10.

Sucursais: Belo Horizonte: R. da Bahia, 1148 - 12º andar - sala 1203; Porto Alegre: Av. Osvaldo Aranha, 1407 - loja 20; Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117 - sala 1414 - Vitória - Caixa Postal 1427.

Composição e Impressão: Editora Letra Ltda. - Rua Artur de Azevedo, 1977 - Fone: 212-5061.

## Polônia em debate

Daniel Bensaid

Mauricio Tragtenberg

Representante do jornal Voz da Unidade

Dia 2 de fevereiro às 19:00 horas na

Associação dos Trabalhadores da Moóca

Rua Canudo Saraiva, 771

# LULA 82

## PT paulista lança seus candidatos ao governo e ao senado

*"Para governador, Lula! Para vice-governador, Hélio Bicudo! Para senador, Jacó Bittar! Para suplente de senador, Lélia Abramo! Viva o PT!"*

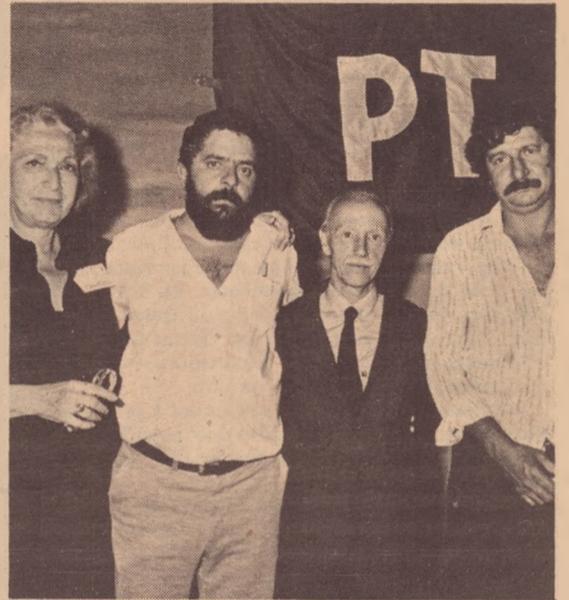
Nestes termos, e entrecortado por aplausos, vivas e palmas e gritos "PT! PT! PT!", Djalma Bom, presidente da regional paulista do partido, anunciava para a plenária reunida na capital no último domingo à tarde a chapa aos cargos majoritários votada pela pré-convenção de mais de 900 delegados de todo o estado.

A plenária, ainda embalada pelo

entusiasmo contagiante do discurso que Lula pronunciara momentos antes da votação (ver abaixo) entra em festa, ao mesmo tempo que delegados do interior começam a deixar o auditório, de volta a suas cidades depois de dois dias de intensas discussões que culminaram na votação da chapa.

Meses de debate nas bases prepararam esta escolha, os militantes discutindo os prós e contras para cada uma das várias sugestões de candidatos. Em todas as consultas, era Lula na cabeça. Apareceram variações nas outras posições, que

se refletiram em duas outras chapas que também foram à votação nesta plenária final da pré-convenção, e nas quais constavam os nomes de Djalma Bom e do deputado estadual Eduardo Suplicy. Mas a maioria dos delegados entendeu que esta composição finalmente aprovada, com o sindicalista e Secretário Geral do partido, Jacó Bittar, no senado, o jurista Hélio Bicudo na vice-governança, a atriz e dirigente sindical de sua categoria Lélia Abramo, na suplência, era a que melhor armaria o PT para a batalha de 82.



## "A classe trabalhadora parte prá briga pelo poder"

O discurso de Lula na pré-convenção paulista, pronunciado antes da votação da chapa de candidatos.

Companheiros:

Eu acho que todos vocês deveriam levar em consideração uma coisa que eu acho muito importante (...)

Quem me conhece sabe que eu não sou chegado a euforia. Quem me conhece sabe que eu gosto de fazer as coisas com o pé no chão. Mas também quem me conhece sabe que eu sou chegado a aceitar desafios. Quem me conhece sabe que a gente tem coragem de enfrentar as feras que estão soltas aí.

E as colocações que eu tenho a fazer vão é neste sentido aí.

Há uma divergência de ponto de vista, eu diria quem sabe entre mim e centenas de companheiros (...). Muita gente tem dentro de si que se o Partido dos Trabalhadores lançar o Lula para candidato ao governo a gente poderá pegar 1,5 milhão de votos ou 2 milhões (...)

Primeiro é preciso ter claro se a gente quer ter um candidato para fazer 1,5 milhão de votos. Segundo é preciso a gente ter claro se estamos dispostos a montar um esquema de eleições para ganhá-las no estado de São Paulo. Terceiro é preciso que todos nós também tenhamos claro na cabeça de que não será apenas votando no candidato do PT que a gente vai chegar no poder. É preciso que a gente tenha claro que não basta pura e simplesmente a gente tentar ganhar as eleições não. É preciso que haja disposição nossa de fazer com que os companheiros eleitos tomem posse. Nós temos o exemplo da Bolívia, onde algumas pessoas acharam que através do voto era possível derrubar o regime autoritário.

E isso me assusta (...) Me assusta saber se temos ou não temos capacidade de chegarmos lá. Se nós estamos convictos mesmo de que está chegando a hora da onça beber água.

Desde Cabral este país vem sendo governado pela fina flor do capitalismo universal. Eles não estão querendo e não permitem sequer que os sindicatos tenham liberdade. Imaginem vocês quando eles souberem do resultado da convenção em que o Partido dos Trabalhadores lança um candidato para ocupar o trono que até então tem sido da burguesia (...) Nós precisamos também ter consciência de que na verdade esta campanha eleitoral será uma definição de classe, será a definição de quem é trabalhador e quem

está do seu lado, contra quem é explorador e quem está do lado de lá (palmas)... Pela primeira vez na história deste país a classe trabalhadora brasileira tem a oportunidade não apenas de ter candidatos trabalhadores, mas de fazer com que a sua vontade conduza à briga pelo poder neste país.

Dentro disso é que nós temos que pesar cada atitude nossa. Porque quando eu entrei no sindicato e estourou a primeira greve, a segunda greve, a terceira greve, às vezes vários companheiros diziam para mim que era preciso tomar cuidado porque os homens do poder estavam correndo perigo e quando eles correm perigo

eles podem fazer com que vários acidentes aconteçam. E eu tinha clareza na hora em que conversava com meus filhos, porque tinha aprendido com 140 mil trabalhadores de minha categoria, porque tinha aprendido com milhares de trabalhadores neste país, nestas andanças, que o homem não é muita coisa se ele não tiver uma definição de classe, não é muita coisa se ele não se orgulhar daquilo que ele é, não é muita coisa se ele não decidir colocar sua própria vida em jogo em defesa de sua classe (palmas)...

Ao contrário do que muitos companheiros imaginavam eu não vim pedir a retirada do meu nome. Mas eu vim dizer

para vocês algo bastante sério. Se alguém nesta convenção está pensando que o lançamento de uma chapa majoritária com meu nome e outros companheiros tem como objetivo apenas a conquista de 1 milhão ou 1,5 milhão de votos, eu me recuso a aceitar qualquer cargo dentro do partido. Mas se vocês tiverem convencidos de que uma chapa majoritária do partido vai sair, e cada um de vocês vai entrar de corpo e alma, vai colocar a sua vida neste negócio, a vida da mulher e dos filhos, vai trabalhar 24 horas por dia, vai dar até aquele pedaço de pão tirado da boca pela vitória da causa, eu aceito a luta (vivas)...

O PT toma a decisão acertada quando resolve lançar chapa de candidatos a todos os cargos. É preciso definir claro que banqueiro de oposição é tão explorador quanto banqueiro de situação, fazendeiro de oposição é tão safado quanto fazendeiro de situação. E nós do PT não teríamos como apresentar ao povo um bancário junto com um banqueiro, (palmas) um posseiro junto com um grileiro ou um operário junto com um patrão (vivas)...

Se vocês tiverem consciência de tudo isso, votem e tenham certeza de que eu e os outros companheiros indicados saberemos acatar os resultados desta votação.

Mas se tiverem alguma vacilação é a hora de colocar no papel. Se tiverem alguma vacilação, não votem, porque estamos entrando na era das definições. Estamos entrando numa época aonde efetivamente o PT vai ter que se definir como parte da sociedade que quer deixar clara sua disposição perante o país e o povo. Está chegando o momento onde o Partido dos Trabalhadores precisa efetivamente almejar o poder e, para chegar ao poder, ter uma proposta de poder alternativa que ponha na cabeça a classe trabalhadora brasileira (Palmas, vivas!). Dentro deste clima eu acho que vocês devem votar. Agora é preciso ficar claro que o partido tem outros nomes, que quem sabe a melhor forma não fosse eu ser candidato. Mas deixo claro para vocês: a decisão de vocês para mim vai ser uma ordem, e eu cumprirei qualquer que seja a decisão desde que isso seja um benefício para o Partido dos Trabalhadores (aplausos).

### Editorial

## O poder e o futuro do PT

O ano de 82 se inicia cheio de desafios para o PT. Não apenas pelas eleições em si, apesar do muito que elas possam significar para um partido jovem e do que elas tem de decisivo para sua legalização definitiva.

A crise aguda e em progressão pela qual caminha o regime lança sobre os tempos que se aproximam um ar, sombrio. O espectro do fechamento volta a rondar-nos.

Mas, da situação de miséria e opressão brutal a que foi levada, a classe trabalhadora retira energias enormes e esperanças para sua luta em 82. Estão na ordem do dia as promessas da histórica CONCLAT.

Este quadro de contradições perpassa o PT, forçando o partido a dar respostas claras e ousadas no ano que se inicia. O tom reflexivo, dramático, mas sobretudo corajoso, do discurso de Lula na pré-convenção paulista é sintomático desta

situação: "Está chegando a hora da onça beber água", ou então "estamos entrando na era das definições".

Escaldado pelas lutas do ABC, Lula presente com agudeza o significado, muito além das meras urnas e votos, deste ano para um partido dos trabalhadores efetivamente disposto a ir à luta. E conclama à preparação.

No entanto, em total descompasso com esta realidade, a direção do PT paulista acaba de propor como linha para o partido em 82 (e na mesma pré-convenção que Lula encerrou com este discurso), uma rósea perspectiva de organização passo a passo dos trabalhadores, ao melhor estilo de uma social democracia europeia.

Vindo de onde veio, do estado berço do PT, a coisa não é de somenos. Trata-se de uma grave ameaça sobre o partido que deve ser assumida como tal e combatida a nível nacional.

**L**ula, depois do pacote eleitoral entrou na ordem do dia a discussão sobre a possibilidade de um fechamento político a curto prazo. O que você acha desta hipótese?

Veja, primeiro eu não acredito que haja clima para um endurecimento do regime militar aqui no país. Eu acho que com as dificuldades econômicas por que passa o país, com a necessidade de uma aparente democracia que é necessário o Brasil mostrar ao resto do mundo, e com a atual situação de miséria que nosso povo está levando, já não existe mais possibilidade de mostrar à opinião pública as razões pelas quais se estaria fechando o país outra vez.

— Como vai se dar a campanha do PT em 82?

— Uma campanha do Partido dos Trabalhadores só tem sentido se a gente não cair naquela do vanguardismo e, nem tampouco, no eleitoralismo de simplesmente pegar votos em troca de promessas mentirosas. Eu acho que a campanha precisa servir para que em cada lugar que a gente for tentar deixar uma célula organizada da classe trabalhadora. Este é o centro da campanha do partido.

— Como você pensa em responder à propaganda que será feita em torno dos "partidos pequenos", do voto útil, da divisão das oposições etc?

— Estes argumentos não acontecem no somente no Brasil. Primeiro eu acho que voto útil é o trabalho votar naquele partido com o qual ele se compromete, ao qual ele se vincula.

A questão da divisão das oposições: eu acho que no Brasil existe oposições de fato e oposições de direito. Oposição de fato é o PT, é a classe trabalhadora que vem amargando através dos tempos as desgraças deste regime capitalista implantado no país. E a posição de direito é a burguesia que não está no poder e que briga para chegar ao poder mas que não tem objetivo de mudar coisa alguma.

**Precisamos de uma campanha não apenas em busca do voto mas também em busca da organização para sustentar a posse. Não podemos nos iludir de que basta o voto para derrubar um regime autoritário.**

— É a primeira vez no país que há uma candidatura operária a um governo de estado, mas que está ainda ameaçada de ser impedida pela Lei de Segurança. O que você pensa desta possibilidade de impedimento?

— É a primeira vez no Brasil que se cria um partido genuinamente dirigido pela classe trabalhadora, e nascido da classe trabalhadora. E a gente corre o risco por exemplo do governo impugnar minha candidatura. E eu junto com os companheiros do partido na pré-convenção decidimos que vale a pena correr este risco.

Eu acho, e disse isso na pré-convenção, que só tem sentido eu sair candidato se houver ao mesmo tempo na campanha em busca do voto uma campanha de conscientização no sentido de que ganhou levou: isto é, se ganharmos, as bases do partido precisam dar sustentação para que se tome posse. Não podemos pura e simplesmente cometer o equívoco que se cometeu na Bolívia de achar que basta o voto para derrubar um regime autoritário.

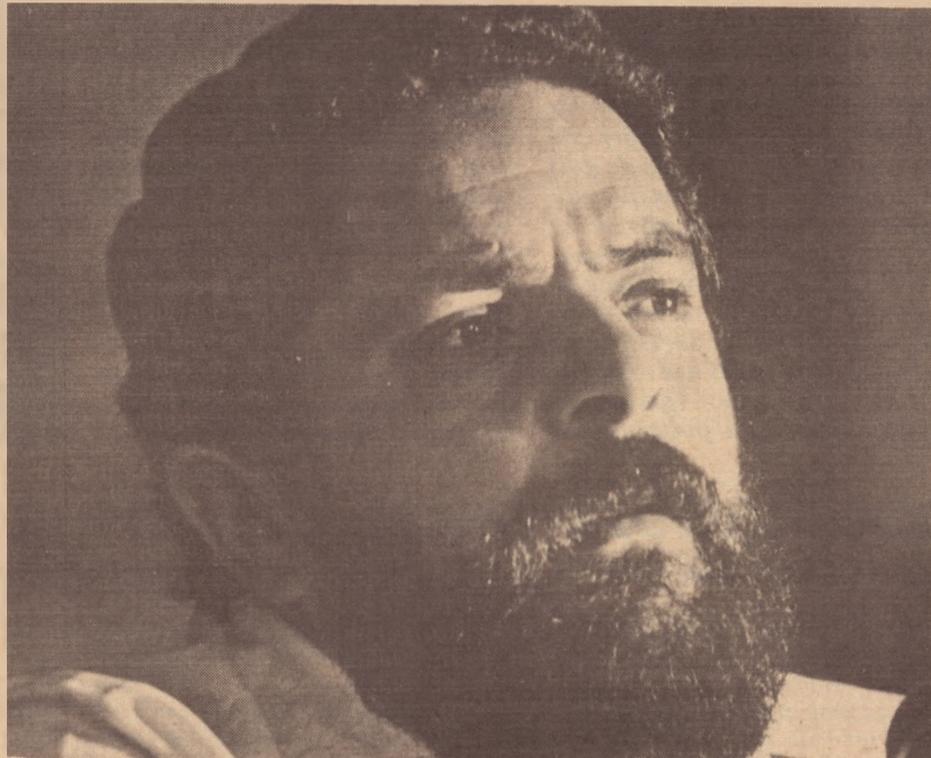
— Que chances eleitorais você vê para o PT, relativamente aos outros partidos?

— Eu acho que o PT tem todas as chances. Nenhum partido tem um potencial tão grande, pela sua mensagem política, quanto o PT que está voltado e ligado aos interesses da maioria da população, a classe trabalhadora. É nisso que temos que acreditar e é sobre isso que temos que trabalhar com o máximo de nossas forças. Veja bem: o Montoro é candidato há não sei quantos anos, enquanto que nosso partido acaba de nascer e eu nunca fui candidato a nada. No entanto as prévias já nos dão um percentual enorme, quando ainda nem entramos em campanha, não temos o apoio de nenhuma máquina, da grande imprensa, do dinheiro etc. Enfim, nossa força é inestimável e vamos surpreender. E só esperará ver.

— O PT até hoje evitou em sua definições uma posição clara sobre a questão do poder. No seu discurso na pré-convenção paulista você enunciou este tema, mas não respondeu

**Exclusivo para o EM TEMPO.**

## LULA CANDIDATO



**“Voto útil é votar no PT, na oposição de fato!”**

com uma proposta. O que você tem a dizer sobre isso?

Veja, o que eu tentei no discurso — dando resposta a uma série de dúvidas que companheiros tem hoje dentro do partido — foi dizer que o Partido dos Trabalhadores precisa efetivamente esboçar, enquanto partido que tem uma proposta política, qual é sua alternativa própria de poder. E que você precisa ter isso como objetivo final a ser conquistado pela classe trabalhadora e pelo partido. E fiz questão de não entrar no mérito, porque seria da minha parte como presidente do partido deselegante, uma vez que o partido não abriu ainda esta discussão eu colocar uma idéia para fora a partir daí a coisa começar a ser discutida contra ou a favor.

O que eu acho — e o PT vai conseguir fugir disso — primeiro é que disputar as eleições em 82 não significa tudo, não significaria a conquista do poder. Que governar um país como este, ou um estado como este, não significa que você tenha o poder nas mãos. Significa apenas o governo; quando muito você poderá melhorar a situação dependendo do grau de organização do povo. Isso eu acho que todos nós precisamos ter claro.

— As respostas da CONCLAT, como fruto das lutas do movimento sindical ao longo dos últimos anos, não seriam já uma base para se responder a questão do poder? Lá estão a greve geral e a luta pelo fim do regime por meio de uma Constituinte...

Na verdade a CONCLAT não inovou nada nem criou nada de novo. Se nós fizemos uma retrospectiva das outras decisões tiradas por trabalhadores a nível de congressos nacionais a gente vai ver que não foi a primeira vez que a classe trabalhadora optou pela greve geral como forma de luta. Agora, dentro de um partido a coisa não pode ser vista de uma forma simplista, porque não se trata

apenas de colocar no papel. Então eu acho que o Partido dos Trabalhadores quando definir sua alternativa de poder, suas formas de luta bastante objetivas, não poderá ser apenas para colocar nos anais e ficar como mais um belo documento. Nós temos que definir e criar condições para chegarmos lá. Agora nós todos precisamos ter consciência de que não se leva a classe trabalhadora numa luta apenas no grito. Você só leva se tiver organização, se tiver um profundo trabalho de convencimento. E eu acho que o PT precisa aproveitar esta campanha eleitoral para levar à classe trabalhadora esta motivação para esta luta pelas bandeiras que foram designadas por ocasião da CONCLAT.

**O Partido dos Trabalhadores precisa efetivamente esboçar qual é sua alternativa própria de poder.**

— Para ser mais preciso: inclusive a Constituinte?

Você me conhece bem e sabe como eu atuo dentro do partido, com todo o cuidado de não tentar avançar o sinal vermelho, avançar sem que este avanço signifique já um conjunto do partido. Então, quem sabe, a partir da convenção nacional a gente dê não só esta mas outras respostas que muita gente tá querendo ver.

— Lula, você acompanhou com muito interesse a luta dos operários poloneses em torno de suas reivindicações. Você esperava tal reação de uma país socialista?

Realmente, eu não esperava que os militares poloneses chegassem ao extremo que

chegaram. Os trabalhadores eram menos culpados daquilo que estava acontecendo, de que a corrupção, a burocratização, o elitismo do próprio regime que fez com que a situação chegasse ao que chegou. Realmente, a gente não pode admitir em instante algum que num país socialista, a atitude tomada seja a mesma que é tomada no Brasil, na Argentina, no Chile, no Uruguai, na Bolívia e em tantos outros países da América Latina.

— A repressão na Polônia causou uma certa desesperança em relação às perspectivas para a construção do socialismo...

Bem, em primeiro lugar, precisa ficar claro de que o que está em jogo na Polônia não é o regime socialista. O que está em jogo, na verdade, é a burocratização daqueles que tomaram conta do poder. O socialismo é importante na medida em que o povo seja a própria causa desse socialismo. Então, os trabalhadores em nenhum momento checaram o socialismo, checaram pura e simplesmente a forma de agir de um governo, a forma burocrática, a ponto deste governo não acabar com a corrupção, a ponto de elitizar o sindicato oficial. É isso que está em questionamento na Polônia e não o regime socialista. Eu acho que o socialismo é a saída para a sociedade no mundo inteiro e a Polônia depõe um pouco contra isso na medida em que, para muitas pessoas, aquilo que ocorreu, jamais deveria ter acontecido, porque os trabalhadores não checaram o regime socialista, mas checaram o governo polonês que não estava sabendo efetivamente governar de forma socialista.

**Os trabalhadores poloneses estão pagando caro por acreditarem que as coisas seriam resolvidas pura e simplesmente na base da conversa.**

— Seria então o socialismo de tipo soviético que foi questionado?

— O socialismo burocrático não vai funcionar em nenhuma parte do mundo porque só tem sentido uma sociedade socialista com a participação do povo, com o povo, efetivamente, sendo resultado desse socialismo. O sindicato Solidariedade lutava no sentido de aperfeiçoar esse socialismo. E o que seria o aperfeiçoamento desse regime? Seria os trabalhadores participarem do resultado da sua produção. Seria os trabalhadores terem liberdade de organização, de expressão, de manifestação. Isso tudo estava na plataforma do Solidariedade. Agora, a gente não pode condenar um regime pela prática de um governo. Eu acho que o governo polonês, em nenhum momento soube se conduzir dentro do regime socialista.

— Não se pode esquecer em todo esse episódio, as pressões feitas pela União Soviética. Como você vê essas pressões e a capacidade de resistência do povo?

— Eu não conheço a Polônia por dentro. Mas na Polônia ainda existia muita propriedade privada, principalmente na área do campo. Esse pessoal, efetivamente, não tinha nenhum interesse em produzir para o Estado. A essas pessoas interessava que houvesse falta de alimentos, falta de condições para o povo sobreviver. E dentro do regime socialista onde você deixa o adversário do regime livre até para não produzir, fica difícil levar um projeto de governo à frente.

A gente vê com muita tristeza tudo isso que aconteceu na Polónia. O Solidariedade despertava a chama de luta de todos os trabalhadores do mundo.

Não é também para nenhum setor conservador ou de direita ficar alegre porque com os grevistas dos países socialistas aconteceu isso. E preciso a gente olhar pro rabo da gente e saber que nos países capitalistas as coisas acontecem com muito mais evidência. Basta que a gente veja o que está acontecendo em El Salvador, na Guatemala, o que aconteceu no Brasil em 64, no Chile em 73, na Argentina, no Uruguai, no Paraguai e aí por diante, porque no mundo capitalista foram feitas ações muito mais agressivas contra o povo. O que eu acho é que o Walesa acreditou em demasia na bondade do regime polonês. Eu acho que eles estão pagando um preço caro demais por acreditar que as coisas seriam resolvidas pura e simplesmente na conversa. Nós, trabalhadores, aprendemos com a Polónia que é preciso muito mais organização e muito mais disposição de luta. Não dá pra gente ficar na ilusão.

# Por 2,5 milhões de filiados em 82

Circular da Comissão de Organização do partido sobre a campanha de filiação

**A** Comissão de Organização do Diretório Nacional acaba de divulgar uma circular nacional acompanhada de um quadro mostrando a situação organizativa do PT a nível nacional e suas implicações eleitorais. Uma ampla pesquisa foi realizada para se obter os dados atualizados, estado por estado.

O quadro compara a situação de implantação atual do PT com as metas eleitorais regionais mínimas de 3% de votos em cada estado. Em cinco estados o PT ainda está por fazer suas convenções regionais e se legalizar para poder entrar na disputa eleitoral. Nos demais estados a implantação ainda é relativamente pequena, seja em termos da porcentagem de municípios seja em termos de eleitorado, cobertos pela presença do partido. O que determina uma relação ainda alta em termos do número de eleitores que cada filiado deverá conseguir para a legenda.

A situação requer assim medidas novas para que o partido se capacite à altura dos desafios eleitorais que irá enfrentar. Tanto mais se considerarmos a exigência também dos 5% dos votos nacionais que não está contemplada no quadro. E, mais ainda, se levarmos em conta que a situação atual da filiação é bastante dispersa e desmobilizada o que requer não somente um aumento no número de

filiados mas principalmente sua nucleação efetiva para a ação política.

Tendo em vista esta situação é que a Comissão de Organização propôs as seguintes metas para o ano: 1) realizar urgentemente as convenções regionais nos estados que ainda não se legalizaram; 2) deflagrar uma campanha nacional de filiação e nucleação visando atingir nacionalmente até abril a meta de 1 milhão de filiados e até novembro 2,5 milhões; 3) atingir em todos os estados a meta de pelo menos 40% de Diretórios Municipais em relação ao número total de municípios; 4) conjugar com esta meta uma outra de abarcar em cada estado, através dos Diretórios Municipais, pelo menos 70% do eleitorado total; 5) e finalmente, avançar na nucleação para que este esforço tenha uma tradução organizativa e eleitoral para o partido.

O quadro traz ainda uma estimativa de votos válidos nas eleições e, em função do número de cargos a deputado federal e estadual, calcula o quociente eleitoral necessário para que o partido eleja parlamentares nestes dois níveis.

Aqui, trechos da circular:

"1. Em sua reunião de 1 e 2 de Novembro, o Diretório Nacional resolveu propor a todo o Partido a Campanha dos 2.500.000 filiados. Se a lei partidária pede 5% dos votos para o nosso reconheci-

mento como Partido, nós respondemos com 5% de filiados e com a certeza de que os votos nas eleições de 82 irão a muito mais do que o exigido por lei.

"É mais um desafio a que o Partido tem que fazer face para vencer as restrições criadas pelo regime e para se consolidar, de modo definitivo, como partido de massa. Não é o primeiro desafio e não será o último. Vencemos, contra o ceticismo, bem como contra a torcida organizada dos que não acreditavam na viabilidade do PT, o primeiro desafio que constituiu na formação de 20% de Comissões Municipais Provisórias. Vencemos, a seguir, e sempre contra a descrença de muitos, o segundo desafio que consistiu na campanha de filiação que nos permitiu dar entrada nos Tribunais ao nosso pedido de registro definitivo (...).

"2. É importante que os companheiros observem que esta proposta do Diretório Nacional é anterior ao pacote eleitoral do governo, o que serve para indicar a correção da tática política que temos seguido como Partido. O pacote do governo, porém, vem conferir a esta proposta um caráter de urgência, vem emprestar-lhe uma relevância muito maior do que poderíamos imaginar antes. Todos sabemos, dentro do PT, que o governo está, a estas alturas, engendrando novos casuísticos eleitorais, assim como

novos mecanismos de pressão e de repressão contra as oposições, contra os movimentos populares e, em particular contra o nosso partido. O caminho que temos para enfrentar as manobras do regime é o mesmo que temos seguido até aqui: mais mobilização, mais organização.

A Campanha dos 2.500.000 é apenas o começo. A Executiva Nacional está elaborando planos de trabalho para a ampliação das atividades de nucleação, de modo a que alcancemos em curto prazo um nível organizatório mais elevado (...).

As eleições não podem servir de pretexto para que percamos de vista os nossos objetivos maiores quando à organização, no país, do Partido dos Trabalhadores como força política. Pelo contrário, ao invés de permitirmos que o Partido se dilua num puro eleitoralismo, tratemos de dar à nossa participação nas eleições um significado novo. Ao invés de permitirmos que as eleições diluam o nosso caráter, de partido de massas, o que nos cabe é mudar o caráter das eleições, transformando-as em um fenômeno de participação de massas. Ao invés de permitir que o eleitoralismo trabalhe contra a organização do Partido, transformemos as eleições em mais uma oportunidade para o crescimento do Partido".

JACÓ BITTAR  
Secretário Geral

## Radiografia Nacional do PT — Dez/81

## Quocientes eleitorais

ESTADOS	Número de eleitores no estado	+ 3% total votos (o mínimo)	Nº de filiados no estado	Nº de municípios no estado	Nº de diretórios municipais	Nº de com-provisor municipais	Proporção: D.M. nos municípios (%)	Nº de eleitores nos munic. onde tem PT	Presença política eleitoral (%)	Relação eleitores e filiados	Previsões de votos válidos em 82	Cargos a serem preenchidos		Quociente eleitoral	
												Dep. fed.	Dep. est.	Dep. fed.	Dep. est.
RIO GRANDE DO SUL	3.655.166	109.655	15.728	237	52	4	24	1.996.853	55	7	3.236.851	32	56	101.151	57.800
PARANÁ	3.517.699	105.530	11.756	290	72	11	28	1.597.652	45	9	2.438.997	34	58	71.735	42.051
SANTA CATARINA	1.720.455	51.613	6.369	197	46	17	32	888.721	52	8	1.480.159	16	40	92.509	37.003
SÃO PAULO	10.651.142	319.534	64.557	571	145	22	29	8.854.291	83	5	9.176.893	55	79	166.852	116.163
MINAS GERAIS	5.598.822	167.965	35.000	722	188	99	40	2.897.225	52	5	4.453.804	47	71	94.761	62.729
GOIÁS	1.498.312	44.950	11.390	223	54	46	45	734.228	49	4	1.080.373	14	38	77.169	28.430
MATO GROSSO DO SUL	528.500	17.000	2.320	64	15	3	28	283.490	54	7	380.114	6	18	63.352	21.117
MATO GROSSO (*)	377.454	11.324	686	38	—	9	24	230.374	61	16	261.922	8	24	32.740	10.913
RIO DE JANEIRO	5.654.347	169.700	36.000	64	39	3	65	4.519.884	79	5	4.363.982	46	70	94.890	62.356
ESPÍRITO SANTO	752.400	22.576	5.000	53	17	3	38	510.315	68	5	612.757	8	24	76.594	25.532
BAHIA (*)	3.234.105	97.023	9.000	343	33	42	22	1.241.018	38	11	2.121.325	32	56	66.291	37.880
SERGIPE (*)	355.809	10.674	1.128	74	3	13	21	168.186	47	9	283.815	6	18	47.135	15.711
ALAGOAS (*)	526.549	15.796	1.757	94	22	—	23	237.938	45	9	388.171	7	21	55.453	18.484
PERNAMBUCO	2.013.020	60.390	7.000	164	36	—	22	1.130.470	56	9	1.466.796	22	46	66.672	31.876
PARAÍBA	1.008.803	30.264	4.537	171	35	11	26	519.611	51	7	735.920	11	33	66.901	22.300
RIO GRANDE DO NORTE	737.144	23.400	2.760	150	19	11	20	142.074	20	8	554.105	8	24	69.263	23.087
CEARÁ (*)	1.881.522	59.400	8.734	141	53	13	46	1.201.006	63	7	1.465.047	20	44	73.252	33.296
PIAUI	771.294	23.139	3.379	114	27	7	30	426.962	55	7	571.180	8	24	72.147	24.049
MARANHÃO	1.102.088	33.063	6.047	130	36	—	28	452.744	41	5	753.008	12	36	62.750	20.916
PARÁ	1.074.457	32.234	5.918	83	18	9	32	653.062	60	5	775.385	10	30	77.538	25.846
AMAZONAS	403.144	12.094	2.490	44	12	2	32	263.515	65	5	279.456	6	18	46.576	15.525
ACRE	88.970	2.669	1.042	12	3	3	91	76.025	85	2	67.453	6	18	11.242	3.747
RONDÔNIA	115.292	3.458	817	13	2	5	54	105.036	91	4	87.938	2	—	43.968	—
AMAPÁ	47.957	1.438	200	5	—	2	40	42.534	89	7	39.168	2	—	19.589	—
DISTRITO FEDERAL	345.571	10.367	2.000	8	7	1	90	345.571	90	5	—	—	—	—	—
<b>TOTAL</b>			245.615		940	336									

(\*) Estados onde o PT ainda não se legalizou.

# NOTÍCIAS DO PT NOTÍCIAS DO PT

Rio

## Às vésperas de grandes definições

A plenária regional do PT fluminense foi adiada por falta de local para abrigar os 500 delegados para os dias 6 e 7 de fevereiro.

Às vésperas desta plenária é necessário avaliar a sua preparação, os avanços conseguidos, bem como suas lacunas e problemas.

O grande saldo até agora é a vitória, em todas as convenções de base, das propostas de organização unitária do partido para participar das eleições. A indicação de candidatos de base em quase todas as zonais e municipais, a aprovação do fundo comum e dos comitês unitários e a necessária subordinação da campanha do candidato ao programa e tática eleitoral do partido são passos importantes na construção do PT. As posições que abriam campo para práticas eleitoreiras e carreiristas, para a descaracterização dos princípios do PT, foram amplamente derrotadas.

Ao lado do fortalecimento do PT como partido, se aprofundou até mesmo como uma decorrência natural a consciência em torno do PT como partido independente, que deve ter seus próprios candidatos e expressar os interesses dos trabalhadores sem qualquer tipo de subordinação aos interesses e partidos burgueses. Este debate só não foi mais longe porque o pacote abortou as discussões sobre coligações.

Não podemos, entretanto, deixar de entender que, apesar destes terem sido grandes passos à frente, são, ainda, passos com uma só perna. A principal lacuna na preparação na convenção é a discussão do programa do partido nos seus vários níveis. Seu debate desenrola-se de forma bastante desigual, especialmente no que toca ao programa nacional. O problema começou com o próprio documento do Diretório regional que, apesar de reconhecer a necessidade de articular o programa nacional com os demais níveis, não dá qualquer contribuição neste sentido.

Mesmo aquilo que o documento propõe, a plataforma para o estado, tem tido uma discussão precária, pois vem descolada do conteúdo programático mais geral.

### A importância da plataforma Nacional

Todas as propostas para os níveis municipal e estadual só deixarão de ser meras reformas se forem ligadas a um programa mais geral de transformações sociais. O PT é um partido que deve sintetizar e desenvolver as lutas mais gerais do movimento operário e popular, entre elas as aprovadas pela CONCLAI, vinculando-as à construção do poder dos trabalhadores. As eleições devem ser aproveitadas para fazer avançar a consciência dos milhões de explorados do país. Estas são razões fundamentais por que o PT tem que inscrever no seu programa as lutas gerais já colocadas pelo movimento e alguns dos seus desdobramentos necessários do ponto de vista dos trabalhadores. E, enquanto partido, avançar principalmente na questão do poder.

Visto de outro aspecto, só o programa é que pode dar conteúdo político para uma campanha unitária e controlada pela base do partido. As formas organizativas, por si, não são capazes de assegurar os avanços

conseguidos até agora na preparação da convenção. O esforço para definir o programa deverá começar na próxima convenção. A desigualdade nas discussões preparatórias é um limite a ser considerado, mas não um argumento para não se definir as linhas básicas da proposta de programa a ser levada para a convenção nacional de março.

### A candidatura lisâneas

A discussão da candidatura a governador polarizou algumas convenções municipais, embora não a maioria. Outras não chegaram a discutir a questão. Lisâneas teve seu nome aprovado na maioria delas.

Ao longo dos debates apareceram propostas alternativas, como a de Vladimir Palmeira que só aceitaria diante da ausência da candidatura de Lisâneas, e a de José Emídio, ex-candidato a presidente pela chapa da oposição sindical metalúrgica de Volta Redonda.

Desde sua apresentação pelo Diretório a candidatura Lisâneas deve ser criticada em dois aspectos. Primeiro, por ter sido colocada em diversas ocasiões como fruto de um debate amplo nas bases e como a candidatura do partido, isto, de fato, não ocorreu ainda. O Diretório fez apenas uma proposta para ser discutida e discutida e decidida na convenção.

De outro lado, em manifestações públicas, Lisâneas mostrou pouca apreensão do caráter do PT no que toca a sua independência frente aos partidos burgueses. O candidato do PT, qualquer que seja, deve expressar este princípio já consagrado pelo partido.

O caminho entretanto, para superar estes problemas da candidatura Lisâneas não está na busca de um outro nome com pouca expressão dentro e fora do PT, pois isto enfraqueceria as condições de disputa eleitoral. Mas sim no de fazer valer o direito das bases de criticar e controlar o comportamento dos seus indicados a cargos eleitorais e definir o programa que será a base de todas as manifestações dos candidatos.

(Carlos Henrique Árabe)

Minas

## Contra as "reservas de domínio"

Também a pré-convenção mineira foi transferida para o início do mês de março, em função da nova data da pré-convenção nacional, da indefinição das regras eleitorais e como forma de se ganhar mais tempo para as discussões nas bases.

Mas a data original não passou em branco. Uma reunião do Diretório Regional durante estes dois dias debateu, preparatoriamente, a situação do PT no estado em vários planos. A reunião, que durou dois dias, foi um sucesso absoluto. O ponto alto no sábado foi a discussão do esboço do Programa Municipal apresentado pela Secretaria de Assuntos Municipais. O Programa, além de conter idéias sobre as questões de educação, saúde e infraestrutura básica, avança proposições sobre como concretizar a plataforma a nível de cada município, com participação realmente democrática das bases populares.

Já no domingo, o centro dos debates foi a tática eleitoral. Um dos pontos centrais da tática anteriormente definida é o lançamento de



candidatos a deputado federal e estadual em todo o estado vem-se mostrando de difícil realização, pelo menos se a direção estadual continuar deixando o debate correr quase que espontaneamente. A tendência é de que as regiões do estado não lancem candidatos próprios e apoiem as possíveis candidaturas de lideranças do partido de Belo Horizonte. Estas regiões não têm percebido com profundidade a importância de candidatos locais tanto para captar maior número de votos como para levar de perto o trabalho político de base. Soma-se a isso a dificuldade de convencer lideranças operárias e camponesas a aceitarem elas mesmas a candidatura a nível estadual e federal.

Mas o mais preocupante é a ação de determinadas correntes políticas que parecem recusar esta linha não estimulando candidaturas a deputado nas regiões onde dão assistência. Na prática, estas regiões ficam como uma espécie de "reserva de domínio" de candidatos destas correntes em prejuízo do PT, que teria seus votos diminuídos, em benefício de suas votações individuais.

Na reunião, no entanto, do Diretório ficou bem claro que este tipo de procedimento seria inaceitável para o partido, sob o risco inclusive, caso este comportamento persista, de se assistir como revide, a uma retirada generalizada de candidaturas em outras regiões que passariam a apoiar apenas uma candidatura com o objetivo de garantir sua eleição. O resultado disso tudo seria uma chapa bastante restrita, com pouquíssimos candidatos do interior e portanto, com escassas possibilidades de implantação política. Felizmente, parece que a coisa vai mudar.

Por fim debateu-se também a questão dos comitês individuais dos candidatos ou partidários, mas que não chegou a ser concluída.

(Virgílio Guimarães)

## Goiás Athos Magno na cabeça

Já Goiás realizou nos dias 15, 16 e 17 de janeiro sua pré-convenção estadual, que contou com a presença de mais de 240 delegados, representando cerca de 11.400 filiados. Nesta pré-convenção foram discutidos os programas de

governo que os candidatos do PT defenderão, bem como tática eleitoral e a estruturação da campanha.

Com relação ao plano de governo, pode-se dizer que a pré-convenção foi um grande avanço, quando a maior parte dos grupos de trabalho definiu que o PT não deve ter um programa de governo que se limite a gerir a crise do capitalismo.

Entretanto, devido a algumas falhas na plenária em que este assunto seria discutido, não foi possível concluir o que seria o primeiro texto do programa de governo. Ainda nesta parte surgiu a questão da Constituinte, que não foi colocada em plenários, já que a discussão deste tema em Goiás está bastante atrasada. Alguns grupos tiraram a recomendação de que o assunto começasse a ser amplamente discutido, a fim de decidi-lo na próxima pré-convenção estadual (dias 20 e 21 de março), quando serão definidos os candidatos a cargos proporcionais.

O ponto alto da pré-convenção foi, sem dúvida, quando da discussão em plenário do lançamento de candidatos a cargos majoritários. Havia duas posições já definidas anteriormente (ver EI 142): aguardar uma melhor definição do quadro eleitoral e esperar para lançar em março, e a posição majoritária do lançamento imediato, a fim de armar o partido contra os ataques que vem sofrendo, tanto de parte do governo como de parte do PMDB. Esta posição venceu por 85% dos votos, sendo os seguintes os candidatos do PT aos cargos:

Athos Magno da Costa e Silva (atual presidente do Diretório Estadual, professor) para governador, Percival Moreira (membro do Diretório Estadual e lavrador) para vice-governador, Paulo de Faria (membro do Diretório Estadual e agrimensor) para Senador e Atos Pereira (tesoureiro do Diretório Estadual e jornalista) para suplente de Senador.

Finalmente foram discutidas as questões relativas à campanha do PT, definindo uma campanha de lutas, que mobilize o conjunto do partido e coloque como eixo central: a organização e mobilização dos trabalhadores. A palavra de ordem central proposta foi: Terra, Trabalho e Liberdade.

Uma breve avaliação da pré-convenção revela que esta significou um grande avanço para o PT em Goiás: o nível de discussão política, a coesão em torno da construção do PT, avançaram bastante com relação à pré-convenção anterior, o PT agora

começando a se armar decididamente como alternativa concreta de organização dos trabalhadores goianos, colocando como estratégia central a construção de uma sociedade sem explorados e exploradores, ou seja, a construção de uma sociedade socialista.

## Espírito Santo Por um Governo do Trabalhador

Ainda dentro desta rodada de pré-convenção cabe destacar a do PT capixaba, reunindo em Vitória 160 delegados de todo o estado. Assistida por Apolônia de Carvalho, membro da Executiva Nacional do partido, a pré-convenção debateu durante dois dias propostas de plataforma nacional e estadual. As maiores polarizações se deram em cima da questão do poder: a proposta de incluir na plataforma a palavra de ordem **Por um Governo dos Trabalhadores** saiu vitoriosa por 111 votos contra 11; por outro lado, a da Constituinte perdeu por 93 votos contra 55. Outro ponto de destaque foi a formulação do PT para a questão da dívida externa do país; e aí, a proposta de não pagamento saiu vitoriosa por 80 votos, contra a proposta que defendia a renegociação que contou com 58 votos, apresentada por membros do jornal **Companheiro**.

As definições de tática eleitoral e de nomes aos cargos majoritários ficou para uma nova reunião em fevereiro. No entanto os nomes mais cotados para a disputa do governo do estado pelo PT vem sendo Gerson Diniz, presidente do Sindicato da Construção Civil e Rogério Medeiros, do Sindicato dos Jornalistas.

## Professores petistas Encontro Nacional em abril

Durante o XV Congresso da Confederação dos Professores do Brasil (CPB) realizado de 18 a 21 de janeiro últimos em Goiás um grupo de professores de base tomou a iniciativa de convocar uma reunião informal de professores petistas presentes no Congresso.

Apesar da improvisação inevitável que marcou a reunião, estiveram presentes professores de 8 estados, além do Distrito Federal. Foi geral a opinião de que os professores petistas vêm enfrentando direções petistas e reformistas, mas desarmados politicamente pela falta de organização e pela atomização de sua intervenção.

Assim a reunião deliberou realizar um Encontro Nacional de Professores petistas, em São Paulo, nos dias 10 e 11 de abril próximos. A pauta da proposta para o Encontro consta de 2 pontos: a) avaliação do movimento dos professores de 1º e 2º grau; b) organização dos professores petistas.

**Petistas de todo o Brasil: Alerta!**

**C**ompanheiros: julgamos necessário fazer este alerta ao conjunto dos delegados...

Nestes termos, e por meio de uma carta lida por Gilson Menezes ao final do encontro, 40% dos participantes da pré-convenção paulista protestaram contra a direção regional e lançaram uma advertência ao conjunto do partido, analisando o verdadeiro significado daqueles dois dias de reunião.

Segundo Gilson, dirigente sindical cassado de São Bernardo e presidente do PT de Diadema, a direção estadual acabava de desfechar dois duros golpes contra o PT no estado. Por um lado tinha apresentado e conseguido aprovação da maioria dos delegados para uma proposta de plataforma nacional (ver pág. 9) que continha graves equívocos abrindo enorme espaço para conciliação com os patrões e o governo. Mas, não apenas isso: através também de uma castrante proposta de regimento interno a direção estadual tinha esmagado não só a democracia interna do encontro como anulado qualquer possibilidade de discussão efetiva das questões políticas em debate.

Na verdade os dois lances da direção paulista não são apenas graves. São mesmo inéditos dentro da história do partido e podem vir a significar, se não corrigidos, um sério começo de deformação, senão de degeneração, nas práticas organizativas e nas posições políticas do PT.

**Um regimento rolo-compressor e despolitizador**

O regimento interno que a direção fez aprovar no início do encontro liquidou os dois dias de reunião. Prá começar, a direção distribuiu somente sua proposta

**Pré-convenção do PT paulista**

**A investida burocrática do reformismo**

**O que foi a pré-convenção do PT de São Paulo nos dias 23 e 24 últimos. Por um lado, Lula sai candidato ao governo do estado e, corajosamente, conclama os trabalhadores a iniciarem a luta não apenas pelo voto, mas pelo poder. (Ver pág. 3)**

**Mas, ao mesmo tempo e contraditoriamente, a direção do partido no estado vai noutro rumo: castra o encontro com um burocrático regimento interno e faz aprovar uma proposta de plataforma para o PT claramente reformista onde propõe guardar as bandeiras de luta contra a ditadura, pois, afirma a direção: "o governo que queremos terá que ser construído passo a passo".**

**Por Flávio Andrade**

de plataforma no próprio encontro. Alegando razões de tempo e apelando para a pressunção de que o documento era uma singela "síntese das consultas às bases", na verdade a direção escamoteava o grave fato de que as bases não puderam discutir sua "síntese" e os delegados só tomavam conhecimento dela naquele instante.

Aliado a isso, o regimento estabelecia que o encontro não poderia produzir, a partir dos grupos de discussão, uma proposta política verdadeiramente de síntese. Os delegados deveriam, isto sim, votar na da direção ou então optarem por alguma das demais propostas apresentadas. Estas eram quatro outras propostas que vinham circulando dentro do partido há bastante tempo e que a direção julgou contrárias à sua "síntese", supostamente calculada na maioria das consultas.

Mas não era tudo: a mecânica das

emendas criou em plenário um verdadeiro inferno de Dante. Segundo o regimento elas seriam registradas por escrito num momento, em outro apresentadas (mas não debatidas) verbalmente em plenário, depois publicadas, e votadas apenas no dia seguinte por meio de voto individual em urna. Uma emenda recusada pelo autor de determinada proposta por ferir seu texto, se reafirmada, poderia se transformar numa nova proposta que iria também à votação ao lado das demais.

Na teoria perfeito, diriam muitos. Mas, na prática, ao se esvaziarem as discussões em grupo — dado que eles não tinham nenhum poder — ao não haver debate em plenários mas tão somente apresentações suscintas de propostas e emendas, e deslocadas do momento de sua votação, na prática o encontro foi inteiramente esvaziado de discussão política e a direção terminou foi impondo, de cima para baixo, o seguinte imperativo aos delegados: ou estão comigo ou estão contra mim.

Mais ainda, despolitizado e ameaçado, o plenário não apenas se esgotava em horas de espera pela publicação das emendas, em filas e filas de votação em urna. Mais do que isso, ao impedir a discussão política em plenário, o regimento acabou levando a que, atomizadamente, e na ânsia de participação, o conjunto dos delegados apresentassem mais de 100 (cem) emendas à proposta da direção. E assim, quando foi entregue na manhã de domingo o caderno com as emendas e a ordem de votar, o caos se instalou. Como, em poucos minutos, decifrar o sentido político de cada uma daquelas cento e tantas emendas? Como, compatibilizar a soma de algumas escolhidas, introduzi-las no texto e apreciar o resultado deste somatório? Impossível. Com o auxílio de uma equipe de assessores, qualquer delegado requereria, para um voto plenamente consciente, dias e mais dias de estudo e discussão.

**O plenário: um inferno de Dante**

Uma loucura! Alguns, de início animados, tentavam devorar o grosso caderno de emendas; outros improvisavam pequenas reuniões de grupo de delegados; outros, enfim, desanimados, se limitavam a marcar na cédula alguma emenda de que ainda se lembravam da apresentação do dia anterior. Por fim, premidos pelo tempo, resignados, todos iam à fila de votação depositar sua "discussão política" na urna.

Nem mesmo a direção, ao que parece, esperava tal resultado de seu engenhoso regimento. Por exemplo, quando se anunciou o alto número de emendas ficou patente que não haveria tempo sequer

para uma apresentação de apenas um minuto para cada uma delas em plenário. Fez-se então um apelo a que a maioria se abstivesse de fazer uso da palavra — e que terminou sendo a única alternativa para não se melar de vez o encontro.

O único momento em que, infimamente, ridicularmente, poderia se dizer que houve algum debate, melhor dito, conversa, substantiva e política no encontro, foi na hora e nas banquinhas de registro das emendas. É assim, grotescamente, o regimento reduziu a discussão de plenário pública e ativa — para a negociata "aceita — não aceita minha emenda" do delegado individual e o "dono" de cada proposta que o delegado desejasse emendar.

Um sério golpe estava desferido sobre o encontro.

**O fundo político da questão**

Mas, perguntaria-se, a que veio tudo isso? Que intenção haveria por trás desta castração do plenário? A resposta só pode estar no conteúdo mesmo das posições que a direção estadual queria fazer aprovar como plataforma nacional e tática eleitoral.

A proposta de plataforma apresentada é chocante e inédita dentro da trajetória do PT, fere os documentos históricos do partido, e está mesmo em flagrante contradição com o discurso de Lula na própria pré-convenção paulista ao encerrá-la (Ver pág. 3).

Lula enfatizou a idéia de que está na ordem do dia o PT tomar a sério os momentos que estamos vivendo e a classe trabalhadora colocar claramente sua alternativa de poder: "o PT precis almejar o poder". Os documentos históricos do PT sempre marcaram a posição de que as reivindicações dos trabalhadores somente serão atingidas com a derrubada da ditadura militar e a construção de um governo dos trabalhadores. Mas a proposta de plataforma da estadual entende que a luta contra a ditadura e a disputa pelo poder devem estar fora da ação política do partido nestas eleições. Que o governo que queremos "terá que ser construído passo a passo". Que o importante é "organização, participação e controle".

**Um alerta para todo o PT**

São as jóias do pensamento social democrata que, de súbito, caíram da direção paulista sobre o conjunto dos delegados no encontro. Estas idéias estão cristalina e alinhavadas na plataforma e complementadas na tática eleitoral apresentadas (ver a plataforma e uma crítica nas págs. 9 a 11).

Jamais se viu dentro do PT, até hoje, algo parecido: grave, chocante e profundamente perigoso para a evolução do partido.

No entanto, os delegados que se opuseram a esta proposta não conseguiram mais que 40% dos votos para suas propostas. Divididos entre seus particularismos não souberam centrar o combate no que havia de grave na proposta da direção e mostrá-lo para o conjunto de plenário através de uma emenda, comum de fundo, ao documento, que evidenciasse seus sérios equívocos. E assim, terminaram indo à urna 5 propostas de plataforma, as quatro da oposição somando 40% dos delegados e a da direção obtendo 478 votos, incorporando apenas emendas de detalhe e estilo.

Ao final do encontro, entretanto, com o protesto lido por Gilson, ficou demarcado o campo real da discussão. Mais ainda porque a carta veio logo em seguida ao discurso de Lula e, por isso mesmo, podendo escorar seu alerta nas palavras do dirigente máximo do partido.

Mas a questão é grave. O que ocorreu em São Paulo está a exigir do conjunto do PT, a nível nacional, uma tomada de posição clara sobre os métodos e as posições políticas apresentadas pela direção paulista.

GRITO DE CARNAVAL  
DO JORNAL EM TEMPO  
SUCURSAL DE BELO HORIZONTE



DIA 4 DE FEVEREIRO DE 1982  
NO "ESTRELA NIGHT CLUB"  
AS 22 HORAS!

PREÇO ÚNICO: 250 PRATAS.

A escalada do ensino pago

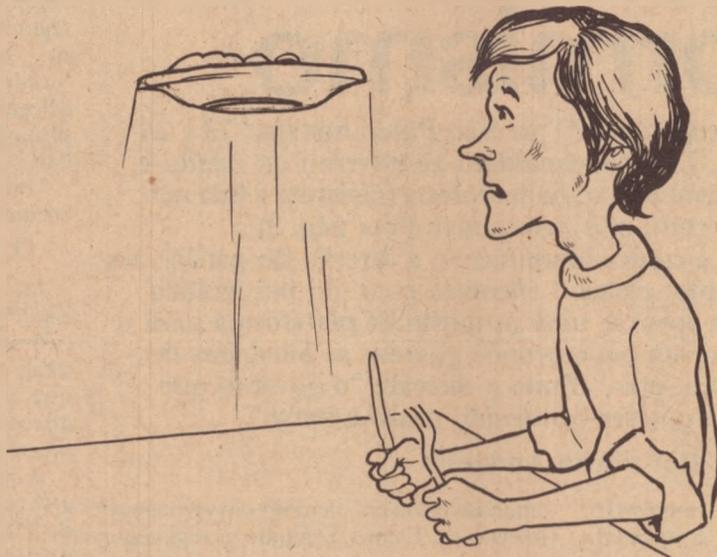
# Restaurante universitário MEC dá aumentos de até 1.000%

Por Flávio Silveira (\*)

Já no início do ano, o MEC não deixa dúvidas sobre o quanto será ofensiva a sua política daqui pra diante. Simplesmente, resolve baixar uma Portaria a todas as universidades federais do país, fixando o preço das refeições nos Restaurantes Universitários em Cr\$ 130,00 para os estudantes em geral e em Cr\$ 30,00 para aqueles considerados carentes. E mais: reajustes semestrais segundo o índice do INPC.

É de se pensar por qual razão uma medida como esta foi imposta justamente agora. Nem nos anos de mais intensa e violenta repressão, o MEC tentou estabelecer um aumento tão brusco, para ser cumprido obrigatoriamente em escala nacional. E hoje, mesmo num ano eleitoral considerado impróprio para qualquer contestação ao regime, ele não hesita em baixar esta portaria.

A chave desta questão está no quadro absolutamente caótico em que se encontra a universidade hoje no Brasil, fruto das contradições e distorções geradas pela política do governo. Durante toda a década passada, o estímulo à expansão desenfreada das escolas particulares e a contenção das verbas para as instituições públicas, levaram a



que mais de 70% das vagas nas universidades sejam pagas. O fato é que a ampliação do número de vagas foi muito além das exigências do capitalismo brasileiro que com a crise vê agravada a sua incapacidade de absorver a mão de obra saída das universidades.

Hoje, a rede privada está completamente saturada. Mais de 40% dos formados, de acordo com os dados do MEC, estão desempregados. Assim, trata-se

de readequar a universidade às necessidades atuais do capitalismo.

E para isto é necessária uma política ofensiva, capaz de num curto espaço de tempo oferecer resultados positivos. De um lado, é importante para o MEC desativar os cursos menores e forçar a falência das pequenas escolas, diminuindo os incentivos de forma que só as grandes empresas universitárias possam sobreviver. De outro, é vital acabar de vez com qualquer nível de gratuidade no ensino, através da

implantação do projeto de Fundações. Diante da urgência de efetivação desta política e aproveitando um momento em que o movimento estudantil encontra-se debilitado, o MEC baixa esta Portaria.

## Desafio inadiável

Para o movimento estudantil isto significa um desafio à sua capacidade de resposta e mobilização. O MEC, de acordo com declaração do próprio ministro, tem tudo preparado para em 83 ou 84 instituir definitivamente a cobrança de anuidades em todas as universidades do país. Ao nível ideológico é forte a propaganda de todo um discurso de justificação da necessidade do ensino pago, através da grande imprensa. Paralelamente, estão sendo encaminhadas medidas mais imediatas. Em julho o MEC vai realizar uma discussão com as associações docentes visando "reformular a universidade", numa clara tentativa de cooptar alguns setores para o seu projeto educacional. A própria divisão entre estudantes "carentes" e "não-carentes" deve ser entendida neste sentido, como forma de criar uma potencial base de sustentação para a sua política. Se o movimento estudantil não se mostrar capaz de dar uma resposta à altura,

certamente será acelerada a implantação de uma universidade paga, ajustada às necessidades do sistema e totalmente desvinculada da maioria da população.

Portanto, vivemos um momento decisivo para o movimento estudantil. Para os estudantes brasileiros, o único caminho que agora está colocado é o enfrentamento direto ao MEC através de um processo de mobilizações exigindo a revogação desta Portaria. Não se trata de tentar estender os critérios de carência. Somos contra a discriminação entre "carentes e não-carentes", porque os serviços de assistência devem beneficiar a todos os estudantes. É de responsabilidade do estado a sustentação financeira dos restaurantes universitários. A defesa deste princípio tem inclusive tradição no próprio movimento, que durante todos estes anos travou uma luta permanente contra a elevação extorsiva dos preços das refeições e muitas vezes conquistando o seu congelamento temporário.

O Conselho Nacional de Entidades Gerais, marcado para 6 e 7 de fevereiro, discutirá esta questão. Ao invés de decretar uma greve, como foi feito no semestre passado, o CONEG precisa apontar para uma intensa discussão entre os estudantes, preparando uma grande mobilização organizada pela base. Esta é a única forma de organizar uma resposta unitária dos estudantes brasileiros capaz de se contrapor à portaria do MEC.

(\*) Flávio Silveira é coordenador-geral do DCE da universidade Federal do Rio Grande do Sul

## I Congresso Nacional da ANDES Os rumos do movimento

Por Américo Bernardes

Na primeira semana de fevereiro, será realizado em Florianópolis, o I Congresso da ANDES (Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior), entidade que reúne mais de 50 mil professores de todo o país. Criada logo após a primeira greve nacional da categoria em 1980, a ANDES soube consolidar uma presença bastante respeitável nos meios educacionais.

No entanto, o ano passado mostrou problemas nos rumos do movimento que podem conduzi-lo a sérios impasses em futuro próximo. Em um primeiro momento, a entidade centrou suas forças na luta contra a proposta do governo de implantar o projeto de fundações para as autarquias federais, o qual traria sérios danos à autonomia e democratização da entidade. Essa campanha permitiu que se questionasse a fundo a estrutura do poder autoritário universidades e na sociedade, raiz dos problemas que enfrentamos no campo educacional.

A partir do II Conselho Nacional das Associações de Docentes, começou a haver um deslocamento do eixo das discussões para um nível basicamente sindicalista, onde as questões centrais passam a ser aquelas de interesse mais imediato da categoria. Os principais defensores dessa mudança justificam-na por ser mais mobilizadora. É inegável, entretanto, que assim o movimento corre o risco de cair numa perspectiva corporativista, sem questionar a estrutura do poder e, em decorrência, obter conquistas mais profundas e duradouras.

Hoje, quando o MEC, reagindo ao

amplo protesto dos professores e estudantes diante do anúncio da implantação das fundações, coloca em questão o debate sobre a reestruturação da universidade, a maior parte do professorado está a reboque das exigências.

### Politizando os rumos

É neste sentido que o I Congresso da ANDES deve se tornar um momento privilegiado de retomada da perspectiva que caracterizou o movimento dos professores durante os primeiros momentos de sua organização nacional. É necessário que a partir de uma discussão mais profunda sobre o papel exercido pela universidade na estrutura social brasileira se elaborem propostas que ataquem na raiz o modelo educacional vigente. Se a pauta aprovada para o Congresso não abrange estas questões, é necessário atualizá-la frente à nova investida do MEC para que o movimento não se aprofunde num rumo corporativista.

Neste I Congresso, será também eleita uma nova diretoria para a entidade, não tendo se decidido ainda se será em congresso ou em votação direta. Independente da forma que vierem a se realizar, o fundamental é que as eleições, revelando e confrontando as posições das lideranças, façam surgir uma direção capaz de retomar com força a luta contra a política educacional do governo, num momento em que se anuncia a implantação do ensino pago, e de se juntar a outras categorias de trabalhadores rumo à Central Única dos Trabalhadores.

## Confederação dos Professores no Brasil Unidade instável e incerta

Por Lucy Ayala

Com a participação de cerca de 1.500 delegados, representando as 24 entidades filiadas à Confederação dos Professores do Brasil, realizou-se em Goiânia, de 18 a 21 de janeiro, o XV Congresso da entidade. Um congresso onde as tensões e expectativas giraram em torno das propostas de campanhas nacionais, da unificação organizativa da categoria e das reformulações estatutárias visando as eleições.

A questão da unificação organizativa era considerada um dos pontos centrais já que há algum tempo convivem a CPB e a UNATE, ambas pretendendo a representação dos professores de 1º e 2º graus do país. No entanto, ela foi resolvido nos bastidores, sem discussão em plenário, é apenas referida nos discursos de abertura e em documento assinado pela UNATE — União Nacional dos Trabalhadores em Educação.

O discurso de Hildézia Medeiros, em nome de uma parcela da diretoria da UNATE, e em acordo com o conselho de entidades da CPB, caracterizava o congresso como o espaço unitário de organização da categoria. Justificava esta posição pelo fato desta entidade ter democratizado seus estatutos e encaminhado campanhas unitárias a nível nacional.

Uma avaliação distorcida e parcial já que entidades de representatividade indiscutível como a UTE de Minas, a Associação dos Professores do Pará, Paraíba e Pernambuco não estavam oficialmente nele representados e no ano passado não houve campanha unitária alguma.

Já o documento lançado pela diretoria

da UNATE recolocava a unificação de maneira distinta, propondo encaminhamentos unificados para as lutas do professorado a nível nacional. Diferenças que infelizmente os congressistas não tiveram oportunidade de debater.

Os temas que mais ocuparam o congresso foram os educacionais, sendo aprovada uma campanha nacional em defesa do ensino público e gratuito, com base nas reivindicações de 12 e 15% dos orçamentos federais e estaduais.

As reivindicações de cunho mais sindical foram discutidas no final do congresso e aprovadas numa plenária esvaziada que terminou de madrugada. Decidiu-se um dia nacional de paralisação pelo reajuste semestral na data da votação da matéria no Congresso Nacional, prevendo-se a realização de assembleias estaduais até o dia 20 de março e o envio de caravanas de professores a Brasília. Foi proposta ainda a unificação das campanhas salariais sob a bandeira de um piso salarial de até três salários mínimos, reajustes com base no INPC anual mais 15%, a regulamentação da aposentadoria especial para os professores e o 13º salário.

Por fim, a proposta de eleições para a próxima diretoria em congresso foi derrotada pela de realização de eleições com urnas nas escolas. Sem dúvida um processo que permitirá ao professorado medir a penetração real da entidade na categoria a nível nacional. Expectativa que se soma àquela em relação aos encaminhamentos definidos já que por muitos anos as decisões aprovadas nos eventos da CPB não saíram do papel.

**São Paulo:  
a força da tentação  
reformista**

# "Dez idéias bem simples em que o PT acredita"

## 1. NUM PAÍS TÃO RICO É POSSÍVEL ACABAR COM A FOME

Cada vez que você sai de casa pra fazer compras, você se assusta com a alta dos preços. Qualquer dia o seu salário não vai dar nem para um mísero quilo de feijão. Não é pra menos, porque os salários não aumentam a cada dia como aumentam os preços.

E se você é um camponês a dureza é a mesma. Você se mata na plantação e quando vai vender o que produziu, não dá nem pra pagar o que gastou. Isso se o grileiro já não lhe tomou a terra e você, sem achar trabalho no campo, não está agora, aos trancos e barrancos, chegando na cidade para começar tudo de novo.

Mas pior ainda é se você é um dos tantos desempregados deste país. Você deixou muito do seu suor produzindo pro patrão e um belo dia ele mandou você embora. Agora, sem salário, você não tem como garantir a comida na sua casa.

Pra enfrentar esta situação, o PT faz 4 pequenas propostas:

1. Um salário mínimo real unificado, de valor igual ao indicado pelo Dieese, que dê para garantir ao trabalhador e à trabalhadora uma vida decente, e que seja reajustado a cada 3 meses na mesma medida que a inflação;

2. Estabilidade no emprego;

3. Salário-desemprego;

4. A criação de uma CESTA BÁSICA DE ALIMENTOS A PREÇO FIXO, que o Estado e não os grandes atacadistas se encarregaria de comprar no campo e vender na cidade.

Você acha que vale a pena lutar por essas 4 coisas?

Se acha, então vamos em frente.

## 2. TRABALHADORES NO CAMPO: TERRA E SALÁRIO DECENTE!

Uma reforma agrária, controlada pelos próprios trabalhadores do campo, não pode mais ser adiada.

Temos de garantir a posse da terra a quem nela trabalha e não a latifundiários, grileiros e aproveitadores que especulam com títulos de propriedades que nem conhecem.

Não podemos mais tolerar a existência de grandes latifundiários e terras devolutas que nada produzem.

Devemos estar dispostos a intervir nas grandes empresas agrícolas para orientar a política agrícola, conforme os interesses dos trabalhadores (...)

Devemos assegurar aos bóias frias e a todos os assalariados rurais, condições dignas de remuneração, transporte e direitos trabalhistas e previdenciários.

Em resumo, precisamos de um governo que se coloque firmemente do lado dos que trabalham a terra e não este governo comprometido com as multinacionais, os grileiros e atravessadores.

## 3. NÃO É POR FALTA DE TIJOLO QUE O TRABALHADOR NÃO TEM ONDE MORAR

O BNH não deu nenhuma solução para o problema de moradia do trabalhador. Além disso, o dinheiro do FGTS está servindo só para engordar os grandes empresários da construção civil (...)

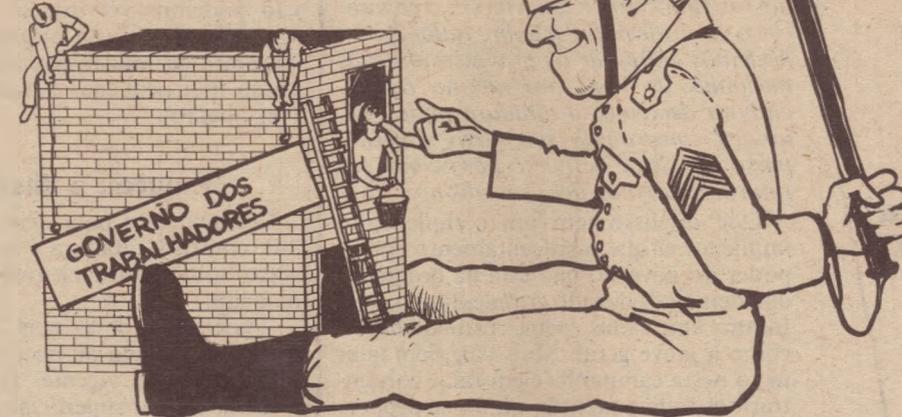
Devemos promover um AMPLO PROGRAMA DE CONSTRUÇÃO DE CASAS POPULARES. Para isso é necessário uma política de taxaação progressiva que onere pesadamente os terrenos ociosos, deixados para especulação (...)

É necessário assegurar a POSSE DA TERRA AOS FAVELADOS, programando a urbanização das favelas.

São necessários investimentos maciços em OBRAS DE SANEAMENTO BÁSICO E URBANIZAÇÃO.

E, afinal, o problema da moradia é inseparável da questão dos transportes. Não é possível que os trabalhadores continuem gastando tantas horas e tantas energias em meios de transporte tão precários. Julgamos que devemos apostar no transporte ferroviário e fluvial

## A proposta de Plataforma Nacional para o PT, aprovada por 60% dos delegados da pré-convenção do PT paulista.



**"Não é difícil tornar estas idéias uma realidade. Entretanto nenhum sabichão poderá fazer isto por você. Realizar estas mudanças depende de sua organização sua participação e que você esteja controlando coisa por coisa."**

e nos transportes coletivos ao invés dos carros particulares.

## 4. NESTE PAÍS HÁ POUCA SAÚDE E MUITO LUCRO COM A DOENÇA

A grande maioria da população brasileira vive hoje em péssimas condições de saúde. Esta situação não poderá ser superada com medidas parciais (...)

Entretanto, qualquer política nesta área se inicia acabando com o lucro. Não dá mais para suportar que se ganhe dinheiro às custas da doença. As clínicas, hospitais, remédios e equipamentos hospitalares têm que estar nas mãos do Estado, o qual deve ENCAMPAR A INDÚSTRIA QUÍMICA E FARMACÊUTICA E EMPRESAS QUE ATUAL NO SE- TOR. Estes serviços têm que passar a ser controlados diretamente pela população e pelos trabalhadores da área.

A única forma de garantir o mesmo padrão de atendimento médico para qualquer cidadão só será possível oferecendo ATENDIMENTO MÉDICO PÚBLICO E GRATUITO (...)

## 5. A EDUCAÇÃO É UM DIREITO E NÃO UM PRIVILÉGIO DE CLASSE

O governo tem apostado na ignorância e não na educação, investindo mais em armas do que em escolas. Uma MOBILIZAÇÃO NACIONAL PODERIA ERRADICAR O ANALFABETISMO NESTE PAÍS EM MENOS DE TRÊS ANOS.

Além disso, é preciso por um fim ao grande negócio em que se tornou a educação. A educação também pode ser objeto de lucro.

O ENSINO tem que ser PÚBLICO E GRATUITO EM TODOS OS NÍVEIS (...)

MAIS VERBAS PARA A EDUCAÇÃO pelo menos 12% do orçamento nacional, conforme prevê a Constituição tornariam o curso superior acessível aos filhos do trabalhador e permitiriam uma remuneração decente ao magistério e aos funcionários de toda a rede de ensino.

## 6. O TRABALHADOR TEM QUE SER TÃO RESPEITADO QUANTO UM GENE- RAL DE QUATRO ESTRELAS.

Segundo a Constituição todos os brasileiros são iguais perante a lei. Mas a verdade é que uns têm sido sempre mais iguais do que os outros (...)

Não podemos tolerar, por exemplo, que o país continue orientado pela DOUTRINA DA SEGURANÇA NACIONAL, baseada na filosofia de que o trabalhador e o povo são inimigos e que uns poucos é que sabem o que é bom para a Nação.

Segundo a Constituição, as Forças Armadas têm por função a defesa do território na-

cional, a preservação das fronteiras e das riquezas nacionais. As polícias militares têm que ser desvinculadas das forças armadas e as polícias civis não podem seguir envolvidas com a violência, o tráfico de drogas e a corrupção.

É preciso garantir a total LIBERDADE DE ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E SINDICAL. O Estado tem que deixar de meter o nariz na vida sindical e se limitar a reconhecer as entidades representativas como a UNE e a CUT.

Têm que ser REVOGADAS imediatamente a LEI DE SEGURANÇA NACIONAL, a CLT, a LEI DE IMPRENSA, a LEI DOS ESTRANGEIROS, o CÓDIGO DE TELECOMUNICAÇÕES e todas as leis arbitrárias baixadas pelo regime.

Têm que ser EXTINTOS o CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, o SNI, O DEOPS, o DOI-CODI, o CENIMAR, o CONSELHO SUPERIOR DE CENSURA e a todo o aparato montado para reprimir o povo e proteger os tubarões.

É preciso acabar com a Lei Orgânica dos Partidos, a Lei Falcão e outros casuismos eleitorais. É preciso dar ao SOLDADO, ao MARINHEIRO e ao ANALFABETO O DIREITO DE VOTO. Eliminar os chamados municípios de segurança nacional e garantir eleições livres e diretas em todos os níveis, inclusive à Presidência da República.

Mas a diferenciação e a opressão sobre os cidadãos se manifestam de outras formas; é preciso acabar com as discriminações contra as minorias, os negros, os índios, os homossexuais.

Uma outra discriminação é aquela que atinge as mulheres. EXIGIMOS IGUALDADE NAS LEIS QUE REGEM A FAMÍLIA, O TRABALHO E A SOCIEDADE (...)

## 7. NO DINHEIRO DO POVO NINGUÉM PODE METER A MÃO

O PT defende uma política econômica que dê prioridade à produção de bens de consumo popular, tratores e trens, e não bens de luxo, soja ou álcool (...)

Colocar a economia a serviço do trabalhador só será possível se acabarmos com o verdadeiro Império de Agiotas em que o país está se transformando. Os bancos, corretoras de valores, seguradoras, parasitas que nunca plantaram um único pé de couve elevam o preço do dinheiro, traficam com títulos de dívida pública, lucram com a mera circulação do dinheiro. O Estado tem que assumir o monopólio de todas as operações financeiras e orientar os recursos da poupança popular para onde interesse à maioria da população e não para que dê mais lucro a um agiota qualquer.

Também é necessário acabar com o controle que os grandes monopólios exercem sobre a economia brasileira. Os interesses da maioria

do povo justificam um combate sem trégua à ação nociva dos grandes monopólios sobre a nossa economia.

Um controle popular sobre o serviço público tem de por um fim à corrupção.

Finalmente, quem pegar este governo terá sobre si uma imensa dívida externa acumulada e que serviu para grandes negociatas. O país não pode se matar para pagar uma dívida na qual quem mais lucrou foram sempre os banqueiros internacionais. Propomos um completo INQUÉRITO para saber onde e como são aplicados os recursos provenientes da dívida. É preciso SUSPENDER SEU PAGAMENTO e estudar, caso por caso, as condições de REESCALONAMENTO DOS PRAZOS, RENEGOCIAÇÃO, CONGELAMENTO E ATÉ NÃO-PAGAMENTO.

## 8. COM OS CONTRATOS DE RISCO OS TUBARÕES POUCO ARRISCAM E MUITO PETISCAM.

Propomos o fim dos contratos de risco, um combate à desnacionalização da indústria energética e o monopólio privado da produção de energia (...)

Propomos o FIM DO PROJETO CARAJÁS, a PROIBIÇÃO DA VENDA DE AMPLAS PARCELAS DO TERRITÓRIO NACIONAL AO CAPITAL ESTRANGEIRO e denúncia imediata do acordo Nuclear Brasil - Alemanha (...)

## 9. UM BOM GOVERNO DEVE SER DE BAIXO PARA CIMA

Colocar a economia e a administração pública a serviço do povo é um dos principais objetivos do PT. Mas ele não será atingido simplesmente pela estatização das atividades produtivas. Isoladamente, isso só fortaleceria o poder dos tecnocratas e burocratas. Só acreditamos na mobilização dos trabalhadores. Esta mobilização tem de abrir condições para que todos os problemas de interesse público sejam submetidos ao CONTROLE POPULAR.

As escolas terão que ser controladas por pais, mestres, alunos e funcionários, os postos de saúde terão de ser controlados pela população e as instâncias superiores do sistema de saúde terão de ser controladas por sindicatos e associações; os trabalhadores têm de assegurar o direito de fiscalizar a contabilidade das empresas, intervindo nas decisões sobre emprego, preço e salário; os sindicatos têm que ter voz forte no planejamento da economia nacional; as delegacia de polícia têm que ser fiscalizada e controladas pelas associações e conselhos de moradores; etc.

O governo que queremos terá que ser construído passo a passo e de baixo para cima. Tem de se apoiar sobre os trabalhadores da cidade e do campo, organizados em sindicatos, associações, conselhos e organização populares com total liberdade e com poder de cobrança e participação nas decisões governamentais em escala municipal, estadual e nacional.

## 10. SÓ O SOCIALISMO RESOLVERA DE VEZ OS NOSSOS PROBLEMAS

Desde sua fundação o PT firmou o compromisso com a construção de uma "sociedade sem explorados nem exploradores", isto é, o seu compromisso com a construção de um Brasil Socialista (...)

As medidas que apresentamos acima não são suficientes, ainda, para que o nosso povo se desenvolvesse nesse sentido e evoluísse assim para um estágio superior de civilização. Mas são, sem dúvida, um primeiro e importante passo.

Porque o que propomos aqui são medidas para enfrentar, em caráter de urgência, os graves problemas nacionais de hoje. E ao enfrentar esses problemas, sabemos que é preciso impedir que um pequeno grupo de privilegiados e até de parasitas continue a ditar os rumos da economia e da política; sabemos que é preciso um governo representativo e sustentado diretamente pela maioria, os trabalhadores. Este foi o sentido de todas as medidas propostas. É um sentido que abre caminho para que os trabalhadores possam discutir e construir o socialismo.

Finalmente, no plano internacional, somos solidários com todos os povos que lutam por sua libertação (...)

# Dez idéias para amansar o PT

Uma crítica à plataforma nacional adotada pelo PT de São Paulo como proposta para a convenção nacional do partido.

Por João Machado

**P**odemos resumir o conjunto de idéias que estão contidas no documento sobre plataforma nacional (ver pág. 9) proposto pela direção do PT paulista nos seguintes termos:

— *Trabalhador, no momento não está colocada a derrubada da ditadura que nos oprime e garante a nossa exploração. Portanto, devemos deixá-la de lado, não devemos nos preocupar em lutar para derrubá-la. Agora, temos um outro caminho: aumentar nossa organização nas entidades de base, apresentar reivindicações ao Estado e pressioná-lo através de nossos sindicatos e associações, reivindicar o controle popular sobre tudo. Assim podemos enfrentar os graves problemas nacionais de hoje. Ao mesmo tempo, embora deixemos a ditadura onde está, iremos construindo um novo governo, passo a passo e de baixo para cima. No futuro, lutaremos pelo socialismo.*

Esse discurso tem um complemento implícito: já que o enfrentamento com o poder do governo não está na ordem do dia, deixemos de lado grandes lutas que já foram aprovadas pelos trabalhadores, como a greve geral. Mais vale não falar nisso nesta campanha eleitoral, e concentrarmos toda a atenção na nossa proposta de ir passo a passo.

A adoção de uma proposta deste tipo por 60% do PT de São Paulo constitui um golpe importante contra o partido. Esta linha está em contradição com todos os documentos do PT já aprovados; Manifesto, Programa, Resolução do Encontro Nacional de 1981, para não falar da Carta de Princípios e, mais ainda, choca-se até mesmo com o discurso de Lula na própria pré-convenção (ver pág. 3). Está em contradição também com o movimento sindical brasileiro, que aprovou na CONCLAT uma coisa muito diferente. Além disso, se olharmos com atenção podemos ver que se trata de uma variante não muito original da clássica proposta de mudar a sociedade "passo a passo" por pequenas e graduais reformas (ver abaixo).

### Esquecer a ditadura?

O argumento para deixar de falar na luta contra a ditadura é apresentado no texto sobre tática eleitoral da seguinte maneira:

"As eleições de 82 nem de longe colocarão em disputa ou risco a estrutura do poder político vigente. Quando muito poderão alterar superficial e parcialmente o atual controle da estrutura de governo a

nível municipal e estadual sem mexer no poder político, ou seja, sem mexer nos aparelhos administrativos, leis, tribunais, forças armadas. Além disso, as eleições de 82 serão realizadas dentro das regras impostas pelo próprio regime (...). A participação nas eleições não visa construir uma alternativa de poder político e só será sentido se articulada com as lutas travadas fora desses organismos, no movimento sindical e social".

Aparentemente, trata-se de um parágrafo radical e correto, sobre a impossibilidade de realizar transformações revolucionárias simplesmente através de eleições controladas, mormente em uma ditadura. Na verdade, o parágrafo vai muito além disto: tira a conclusão de que é melhor deixar a questão do poder de lado, e não centrar na luta contra a ditadura, já que esta é, no momento, todo poderosa.

Isto é um absurdo total. Em primeiro lugar, não é a força da ditadura que nos desobriga de lutar contra ela, inclusive para nos fortalecermos neste combate. Em segundo lugar, não é verdade que o poder vigente "não será nem colocado em risco". O regime brasileiro está em crise, e a prova disto é que já fez vários "pacotes" para tentar garantir a vitória nas eleições,

e fará outros. É possível que opte pelo cancelamento das eleições. A conclusão é que eleições onde uma forte campanha anti-ditatorial seja levada a cabo, combinada com o esforço de mobilizar contra a ditadura, podem contribuir para acelerar a crise do regime, e aproximar a sua queda, o que é de interesse dos trabalhadores e do povo.

### Coisas "bem simples" que podemos conseguir

A segunda idéia-chave da direção estadual paulista, depois de deixar a ditadura de lado, é conseguir algumas mudanças já. Nos debates da pré-convenção foi usado o argumento de que o programa é uma coisa (para o futuro), e que uma plataforma é outra (para agora). Uma plataforma poderia ser realizada nos marcos da atual sociedade.

Esta formulação é duplamente errada. Não podemos desvincular nossa plataforma do nosso programa, senão a plataforma vira uma tentativa de gerir a crise do capitalismo em benefício dos trabalhadores, com os capitalistas continuando no poder (caminho que não leva muito longe; evidentemente) e o programa vira uma declaração para os dias de festa.

Além disso, a maior parte das propostas da plataforma "bem simples" não pode nem de longe ser atingida sob a ditadura: basta citar estabilidade no emprego, a encampação da indústria química e farmacêutica, ensino público e gratuito em todos os níveis, monopólio estatal do setor financeiro.

Assim, esta plataforma não tem nem o mérito (bem duvidoso, ademais) de ser um reformismo bem coerente. E divulga amplamente ilusões, contrariando um parágrafo do texto sobre tática que diz "não venderemos ilusões a respeito do poder legislativo atual e dos Executivos Estaduais controlados pelo Governo Federal".

### Desmontar passo a passo a ditadura

Mas o ponto forte (?) mesmo da proposta é a afirmação de que "o governo que queremos terá de ser construído passo a passo e de baixo para cima". É coerente, por certo, com a visão de deixar a ditadura de lado.

Como será isso? Ao mesmo tempo em que construímos passo a passo o nosso governo teremos que desmontar passo a

passo o governo que já existe, e que não verá com bons olhos estes nossos "passos". Reforçaremos um sindicato do lado de cá, e a ditadura desativará o DOL-CODI de lá; formaremos uma associação de moradores de um bairro de cá, e o regime revogará a LSN de lá; e de quebra talvez dissolva o Exército, para nos dar maior liberdade de ação.

É evidente que não se trata de uma proposta séria, esta de construir nosso governo passo a passo, sob uma ditadura. Podemos até nos esquecer de que a ditadura existe; mas ela, com toda certeza, não se esquecerá jamais dos trabalhadores.

Com tal plataforma, a referência ao socialismo (extremamente vaga) que conclui o documento não quer dizer muita coisa. O socialismo faz parte do programa, mas o programa, como vimos, fica para os dias de festa.

Também não merece muitos elogios o mérito de que sentimentos classistas estão presentes na plataforma e na tática propostas. Isto afinal, é o que já se tornou marca registrada do PT; seria muito difícil mudar agora. Mas a mesma direção que elaborou este programa teve uma

posição no mínimo ambígua sobre um possível apoio a Montoro, quando esta discussão estava aberta. Aliás, isto fica mais ou menos claro no texto sobre tática, que diz que "o PT não fará coligação em São Paulo, não por uma questão de princípio, e sim como uma questão de tática. (...) o PT se reserva o direito de, em outra oportunidade, discutir e se utilizar de coligação".

Em resumo, a aprovação de documentos tão ruins em São Paulo deve ser entendida como um sinal de alerta, e nos exige uma luta aberta contra esta proposta na convenção nacional. Nem mesmo o discurso do Lula (muito diferente destes documentos estaduais propostos), e boas propostas de outros Estados, não devem nos tranquilizar: em um texto recentemente enviado para os Estados pela Executiva Nacional, há pontos que vão na mesma linha dos documentos da direção de São Paulo, como por exemplo: "ponto de importância básica de nossa tática eleitoral é o estabelecimento de plataformas de governo que expressem as idéias gerais de nosso programa através de propostas concretas, realizáveis nos marcos da atual sociedade mas que concorram para a sua transformação e não para a sua conservação".

## As facetas do reformismo, no passado e no presente

A proposta de plataforma nacional da direção do PT paulista repete muitos argumentos que marcaram época na história do reformismo operário. Aqui, uma análise das várias pressões e influências políticas sofridas pela direção paulista.

maior ligação com os trabalhadores, em geral pouco interessados em "política". Esta linha ampla e aberta era contraposta às tendências que prevaleciam antes no movimento revolucionário russo, as tendências populistas revolucionárias (os "narodnik"). O populismo revolucionário se marcava por ter organizações clandestinas que se utilizavam de métodos terroristas (por exemplo, mataram o czar), vanguardistas, voluntarista, pouco afeitos à organização paciente dos trabalhadores.

**Querer deixar de lado a luta política, dizia Lenin na crítica aos economicistas, é uma grande ilusão. A política não deixa de existir e o poder não deixa de ser disputado. Apenas a classe operária se rebaixa neste terreno a apoiar a burguesia liberal.**

Esta tendência "economista" teve um grande sucesso nos primeiros anos do século; a muitos pareceu um caminho que daria grandes sucessos.

É interessante notar que uma das primeiras grandes lutas políticas travadas pelo grande revolucionário russo Lenin foi justamente *contra* esta corrente "economista", que ele caracterizou como uma corrente fundamentalmente oportunista. Uma das suas obras mais importantes, o *Que Fazer?* de 1902, foi voltada fundamentalmente para esta luta. Enfatizava a importância de estimular na classe operária as lutas políticas, a organização nacional, desenvolver o conhecimento da teoria socialista. Deixar de lado as lutas políticas, além de significar um esforço para rebaixar o nível do movimento, era na verdade uma ilusão. A política não deixava de

existir, o poder não deixava de ser disputado. Apenas a classe operária perderia as condições de desempenhar aí um papel próprio, autônomo, e se contentaria em apoiar a burguesia liberal. A pureza operária aparente dos "economistas" teria de levar, segundo Lenin, ao mais vulgar oportunismo político: não defender um lugar independente para a classe operária na "grande política".

A história confirmou a análise de Lenin. De fato, a maioria dos "economistas" terminou integrando as fileiras dos "mencheviques", a ala reformista do partido operário russo, e defendeu contra Lenin uma política de acordos e apoios à burguesia liberal.

A semelhança entre a proposta e muitas argumentações, da direção estadual do PT de São Paulo e as posições dos "economistas" é impressionante. Isto fica até mais expressivo se levarmos em conta a diferença enorme de situações.

**Bernstein, o pai da social democracia alemã, já preconizava, na virada do século, abandonar a luta pelo poder e pela ruptura revolucionária em favor das questões mais "concretas" e dizia "o fim é nada, o movimento é tudo".**

Inclusive em uma das primeiras manifestações mais sistemáticas e teorizadas de posições reformistas no movimento operário — as teorias do alemão Bernstein na virada do século — notamos a mesma tendência em deixar de lado a luta pelo poder e pela ruptura revolucionária da sociedade, e enfatizar questões mais "concretas", mais "próximas" da vida dos operários, o esforço lento para melhorar as condições de vida, etc. Bernstein resumiu sua pro-

posta em um frase lapidar: "o fim é nada, o movimento é tudo". Se posições na linha da que se manifestou com tanta força na direção estadual do PT paulista não são novas historicamente, como é que elas foram aparecer justamente aqui?

### As pressões sobre a direção paulista

Podemos alinhar várias explicações. A primeira é, naturalmente, o peso, as pressões, das instituições de Estado burgues brasileiro, que além de burguês é ainda por cima uma ditadura (como até pouco tempo todos sabíamos). O PT foi obrigado a passar muitos meses voltado fundamentalmente para cumprir exigências legais. Sofre a todo momento investidas da ditadura (enquadramento de lideranças na LSN) e está sob ameaça da novas medidas da ditadura. Além disso, com a proximidade de eleições, se elas se realizam mesmo, há a perspectiva de manter e ampliar a representação parlamentar, ganhar prefeituras, etc. A tentação de "não provocar" a ditadura, de deixar a ditadura de lado para ver se ela nos esquece é grande. No ambiente legalista em que o PT é obrigado a viver, estas tentações ficam ainda mais fortes. Há uma pressão objetiva que pode levar à cooptação pelo sistema, a uma certa corrupção (no sentido de levar à adoção de visões mais oportunistas).

Até agora, contudo, esta razão não parece ter um peso suficiente para explicar o caminho pela direção paulista. Só pode ter tido um papel secundário.

Uma segunda explicação é o peso de corrente com posições mais reformistas no interior do PT. Podemos considerar neste sentido a influência da Igreja e de

setores identificados com certas interpretações gramscianas.

A Igreja tem por certo um peso importante no PT, bastante visível na direção atual do PT paulista. A nível nacional, em geral, não podemos identificar até agora um projeto político próprio e coerente, mas vemos militantes ligados à Igreja com posições muito variadas. Mas sem dúvida há elementos nas posições tradicionais de correntes da Igreja, como o pacifismo, a ilusão de poder evitar confrontos, uma preocupação com os trabalhos de base com desvios "basistas", além de uma certa demagogia populista que podemos identificar agora nesta proposta de plataforma nacional (inclusive pela linguagem). Esta posição, aliás, tem muito a ver com a adotada por setores ligados à Igreja polonesa, que integravam o Solidariedade: uma posição de evitar o confronto com o poder, de buscar alguma espécie de reformas pela "autolimitação do movimento". A diferença, é claro, é que uma tal posição é muito mais absurda no Brasil, sob uma ditadura fortemente anti-operária e burguesa, do que no regime operário burocrático da Polônia.

Podemos dizer que uma influência da Igreja existe, e que no caso em questão foi negativa para as posições do PT.

**Com a proximidade das eleições a tentação de "não provocar" a ditadura, de deixá-la de lado para ver se ela nos esquece, é grande.**

Outra corrente com influências no PT que merece análise é a corrente que podemos chamar de "inspiração gramsciana", que interpreta Gramsci à maneira do PC Italiano. Uma das características fundamentais destas interpretações mais reformistas de Gramsci é

justamente procurar teorizar sobre a não necessidade de um enfrentamento direto e violento com o Estado burguês, de tentar criar uma "hegemonia" que poderia ser conquistada passo a passo, no interior ainda do capitalismo, e que tornaria desnecessária a revolução. Esta posição tem peso no PT; inclusive boa parte dos antigos componentes da esquerda revolucionária dos anos 60, ao fazerem autocríticas, passaram a adotar esta visão. Há representantes desta corrente na direção paulista do PT, e ao que parece estão declarando sua ruptura com as posições revolucionárias que tiveram.

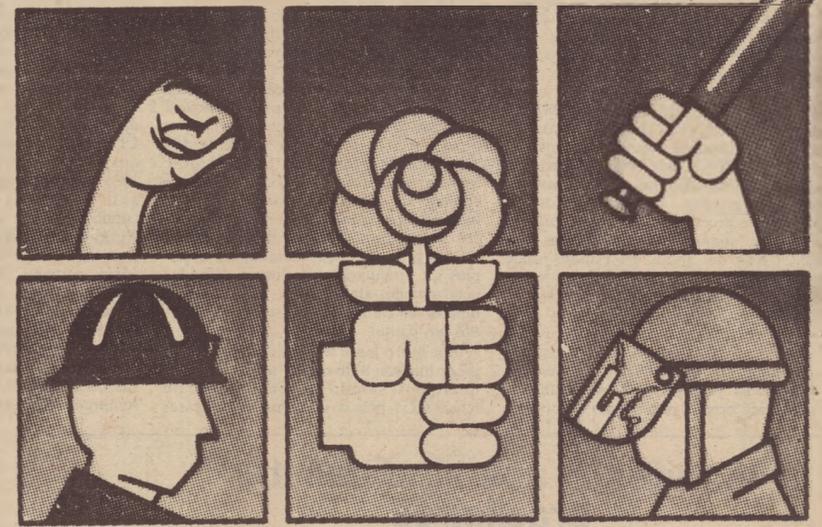
Podemos dizer aqui que esta visão é muito mais absurda no Brasil do que na Itália. Mais uma vez, é bom lembrar que a ditadura não é uma questão sem significado...

### As ambigüidades do sindicalismo combativo

Mas talvez a razão mais importante para a presença de posições como a encontrada nos documentos aprovados em São Paulo possa ser encontrada na análise da corrente mais importante, representada pelos sindicalistas. Afinal, foi esta corrente a grande responsável pelo surgimento do PT, e por seus aspectos mais importantes e progressivos: a combatividade, o classismo, a recusa aos compromissos com os setores liberais da oposição.

**Assim como no Solidariedade polonês, uma das influências da Igreja, também no caso do PT brasileiro, é no sentido de evitar o confronto e de buscar alguma espécie de reforma pela "autolimitação do movimento".**

O peso desta corrente nos docu-



mentos aprovados é claro; eles enfatizam a independência de classe, a organização pela base do partido. Sem estas características, certamente seria difícil contar com o apoio de sindicalistas do PT.

**Em meio à esquerda revolucionária em crise, desenvolve-se uma interpretação reformista de Gramsci: a "hegemonia" operária pode ser conquistada, passo a passo, ainda dentro do capitalismo, o que tornaria desnecessária a luta pela derrubada da ditadura, a revolução.**

Mas a própria origem, o tipo de experiência dos sindicalistas, explica que o classismo seja muito mais presente que as questões

políticas, e que possam aceitar neste plano formulações fortemente marcadas pelo economicismo oportunista (naturalmente, é importante ter em conta que o discurso do Lula foi em outra direção). Mais ainda então, quando não tendo ainda o PT uma estruturação viva, não dispo de canais claros para a influência de base, alguns sindicalistas que participam da direção podem ficar longe da base e muito mais sob a influência de setores parlamentares.

Podemos dizer que a explicação mais importante para este desvio do PT da sua rota (ocorrido em São Paulo, não confirmado em nível nacional) esteja justamente na falta de condições que a base operária tenha para fazer pesar a sua opinião, na falta de agilização da vida política do partido.

E nestas condições é que terminou ocorrendo foi que a direção, a

**O tipo de experiência dos sindicalistas explica por que ao lado da combatividade, do classismo, da recusa aos compromissos com a burguesia, eles abrem espaço para o economicismo oportunista no plano político.**

pretexto de estar sintetizando o resultado de uma ampla consulta às bases, na verdade explorou, privilegiou e distorceu a fundo o lado atrasado que existe no elemento espontâneo que há no PT. E fez isto, em detrimento, sufocando e negando expressão na plataforma, daquilo que há de radical, de combativo, daquilo que há de rechaço à ordem estabelecida, daquilo que há de revolucionário enfim neste mesmo espontâneo.

Quando o papel de uma direção é avançar, o que a direção paulista fez foi rebaixar, atrasar.



**U**m passo em falso como o dado pelo PT nesta convenção em São Paulo exige explicações. Por que o partido que melhor representa os trabalhadores brasileiros ameaçaria tomar um rumo tão distante dos seus interesses, das suas lutas atuais?

A primeira coisa que podemos dizer é que o problema não é novo, se considerarmos a história do movimento operário. O paralelo mais claro que podemos encontrar, entre as discussões mais conhecidas dentro do movimento, é a das posições dos "economistas" russos.

### O reformismo na história do movimento operário

Esse setor, no início do século, na Rússia, desenvolveu toda uma

teorização que procurava mostrar como o movimento operário poderia avançar: a questão seria abandonar as grandes lutas políticas, deixar de pôr no centro do combate o enfrentamento com a autocracia czarista, e concentrar todas as energias nas questões "econômicas" da luta cotidiana, nas questões que dizem respeito à melhora das condições de vida da classe operária. Deixar de lutar para fazer avançar a organização política dos trabalhadores e reforçar as lutas "espontâneas" e a organização de base. Deixar de falar em grandes "teorias" revolucionárias e cuidar das questões miúdas que tinham a ver com a experiência de todos os trabalhadores.

O argumento fundamental utilizado para defender estas posições dos "economistas" era que este tipo de prática permitiria uma

## Articulação Nacional dos Mov. Populares e Oposições Sindicais

## Para onde vai a ANAMPOS?

Nos dias 12, 13, 14 de fevereiro, em Recife, mais de 120 delegados de 16 estados no país estarão reunidos para tentar levar avante a proposta de estruturação de uma corrente sindical aberta. O grande problema a ser enfrentado: é possível praticar um sindicalismo de base e ao mesmo tempo assegurar a unidade do movimento sindical?

Por Regis Moraes

O Encontro de Recife é uma continuidade dos anteriores de J. Monlevade, Taboão da Serra, Vitória. Mas, principalmente, deverá dar seguimento à reunião havida em 14 de novembro, em Brasília. Ali foi decidido lançar uma corrente sindical aberta que mentivesse uma referência de unidade na Comissão Nacional pró-CUT. Iniciando-se aquela reunião, foi apresentado um documento assinado por Devanir, ex-diretor cassado do Sindicato de S. Bernardo do Campo, que propunha critérios rigorosos de participação, reavivando um antigo preconceito contra as correntes de esquerda. Procurava-se, além disso, manter o controle da articulação por parte de um grupo de sindicalistas responsáveis pelos seus passos iniciais.

Mais do que isso, o documento deixava uma margem de confusão acerca do caráter da articulação: se esta seria organização de sindicalistas, ou se procuraria ser um órgão agregador de entidades sindicais. Mas, nos grupos, estas propostas foram derrotadas, aprovaram-se critérios flexíveis de participação e afirmou-se a importância da unidade do movimento sindical.

A polêmica maior, no entanto, se deu na relação a ser mantida pela ANAMPOS com a Unidade Sindical. Uma das correntes colocava toda a ênfase na articulação da ANAMPOS e propunha uma retirada em massa das Unidades Sindicais em todos os estados. Uma outra posição afirmava a necessidade de forçar a organização de comissões organizadoras dos ENCLATS em todos os estados onde fosse possível, procurando garantir um encaminhamento que envolvesse todas as forças do movimento sindical.

Prevaleceu, apesar de muita confusão, a segunda proposta e se elegeu uma comissão composta de sindicalistas paulistas, responsável pela aplicação do plano de lutas (vide box), e pela edição do boletim



A paralisia da pró-CUT, a não realização de ENCLATS democráticos e os métodos cupulistas jogam a II CONCLAT em um mar de incertezas

da articulação (vide box).

#### As condições para a CUT

Agora, em Recife tudo indica que várias polêmicas deverão voltar. A pauta do encontro, composta de cinco pontos (análise da conjuntura e do movimento sindical; balanço do movimento sindical e encaminhamentos da I CONCLAT e CUT; discussão e aprovação de projetos de Carta de princípios, de plano de ação e propostas de Estatuto e regimento interno para a CUT; retomada sintética dos princípios de Monlevade, S. Bernardo e Vitória; procurar identificar o que se entende na prática por sindicalismo de base), já nos dá indícios disso. No item 4, procura retomar uma discussão que muitos já julgavam encerrada: os princípios da articulação que foram definidos pela reunião de Brasília, não havendo uma razão clara para que sejam recolocados em pauta.

Por outro lado, se é válido o esforço de já ser iniciada a discussão sobre que CUT seremos, saindo da generalidade do lema "CUT pela base", temos que encarar

com frieza uma questão: será realmente vantajoso para o movimento sindical realizar o Congresso de fundação da CUT em 1982?

Neste período entre a I e a II CONCLAT, além do movimento de massas ter continuado em compasso de espera, a pró-CUT encaminhou muito pouco do plano de lutas aprovado, não se estruturou, não lançou uma campanha de filiação de sindicatos, enfim, o movimento operário vai para uma próxima CONCLAT em condições talvez até piores do que aquelas enfrentadas em agosto de 1981. Continuando a situação como está, a II CONCLAT promete ser bastante cupulista, o que facilita manobras burocráticas, a) partidização das entidades sindicais e dá espaço para a criação de várias centrais sindicais. É necessário, pois, que haja um grande esforço por parte da ANAMPOS, porque enquanto não houver a criação de pró-CUT estaduais e um mínimo de ação unitária no movimento sindical, as condições políticas de criação de uma CUT pela base sempre serão precárias.

Mas, os problemas não estão só na pauta. Um rápido balanço sobre a viabilização do plano de lutas da ANAMPOS aprovado em Brasília (vide box) mostra que o seu encaminhamento foi precário. A campanha de sindicalização que deveria ter início em janeiro, ainda não começou; a intervenção nas Unidades Sindicais nos estados ainda continua desarticulada. Em São Paulo, por exemplo, após um relativo avanço quando se conseguiu a retirada de uma Comissão Sindical Única, com participação de 54 entidades sindicais perdeu-se novamente a iniciativa quando foi eleita a executiva desta comissão. Os pelegos e reformistas recuperaram sua maioria. Até agora, sequer foi marcada a data do próximo ENCLAT. Mesmo o boletim de lançamento da corrente sindical, aprovado em Brasília não tinha sido publicado quando fechamos esta edição.

#### A viabilização da ANAMPOS

Enfim, a articulação ainda não conseguiu se estruturar minimamente, dando passos ainda muito incertos no movimento sindical. Basicamente, a questão da importância da unidade para o movimento sindical, a necessidade de serem massificadas as decisões da CONCLAT e de ser travado um combate neste terreno com o reformismo, a estruturação de uma corrente sindical pública, ainda não foi consolidado como linha de ação da ANAMPOS. A cada reunião diversas questões já aprovadas voltam para a pauta e muitos encaminhamentos importantes não se viabilizam no intervalo entre as reuniões.

A ênfase na preparação dos ENCLATS regionais, a preparação unitária do 1º de maio, a estruturação interna da articulação para que esta possa intervir unitariamente nos momentos políticos decisivos no movimento sindical são condições básicas para que a ANAMPOS deixe de ser mais uma idéia e passe a ser uma proposta viável.

## Manifesto aos sindicalistas brasileiros

Aqui, trechos do manifesto aprovado em Brasília ainda não divulgado pela comissão coordenadora da ANAMPOS.

"Desde a greve da Scania-SBC, em 12 de maio de 1979 que a classe trabalhadora tem vivido um intenso processo de lutas... "Mas cada setor, em cada região, se lançou ao combate por suas reivindicações em momentos diferentes, de forma desarticulada, permitindo assim à ditadura golpear cada greve separadamente"... "Um anseio profundo de unificação das lutas vem determinando as iniciativas do movimento sindical no último período". "Este anseio pela unidade de ação encontrou sua expressão organizativa máxima na realização da I CONCLAT. Durante a CONCLAT evidenciaram-se duas propostas para o movimento sindical brasileiro: a proposta da chamada "Unidade Sindical" e a proposta combativa e democrática dos sindicalistas que se opõem à estrutura sindical"... "No processo de preparação da CUT já em andamento, sua atuação (da Unidade Sindical) tem se dado no sentido de esvaziar as mobilizações tiradas na I CONCLAT; de imprimir um funcionamento burocrático à comissão pró-CUT e de tentar impedir a realização de ENCLATS regionais"...

"Por outro lado, os sindicalistas que levam

uma efetiva luta contra a estrutura sindical e pela unidade na ação dos trabalhadores, somente agora começam a superar sua desarticulação". "Essa limitação impediu que pudéssemos assegurar que os interesses dos trabalhadores prevalecessem sobre os da burocracia sindical em várias decisões deliberadas na CONCLAT. Fora da CONCLAT, nossa desorganização tem trazido um grande prejuízo ao movimento sindical"... "Essa confusão nas fileiras do sindicalismo democrático começa a ser superada agora com a decisão tomada pelo setor sindical da ANAMPOS de se constituir aberta e publicamente em CORRENTE SINDICAL"... "Defendemos a unidade dos trabalhadores. Mas uma unidade que se expresse nas lutas concretas dos trabalhadores, e não a unidade formal e de cúpula, de conchavos entre dirigentes sindicais burocratas e pelegos como fazem os conciliadores da chamada "Unidade Sindical".

"A palavra de ordem que expressa a nossa concepção de unidade da classe trabalhadora é CENTRAL ÚNICA PELA BASE, levantada por milhares de delegados na CONCLAT".

## Plano de Ação

A seguir, o calendário de trabalho até agosto de 1982 proposto pela ANAMPOS em sua reunião de Brasília.

**JAN/82 — LANÇAMENTO DE UMA CAMPANHA DE SINDICALIZAÇÃO MASSIVA E INTERSINDICAL.** Esta campanha deverá ser assumida pelos dirigentes sindicais e companheiros de base, devendo realizar-se nos locais de trabalho, de moradia, nas ruas, praças, etc. Recomenda-se a adoção de formulário único para os sindicatos que assumirem a campanha, sendo as demais categorias sindicalizadas por carta.

No lançamento e durante a campanha que deverá culminar na Semana Sindical, deve-se começar a divulgação dos ENCLATS e da Greve Geral.

**MAR/82 — PREPARAÇÃO DOS ENCLATS**

Que se iniciem os encontros regionais preparatórios aos ENCLATS. Que se realizem CONVENÇÕES DE BASE em todas as categorias onde se aprovem teses para os ENCLATS e CONCLAT.

**ABRIL/82 — SEMANA SINDICAL.** Propõem-se que sejam realizados simpó-

sios sobre sindicalismo, em locais amplos e de fácil acesso aos trabalhadores.

**1º de MAIO — Manifestações unitárias em todo o país.**

**15 a 30/MAIO — ENCLATS:** Que se elejam nestes encontros comissões regionais pró-CUT.

**AGOSTO/82 — II CONCLAT.**

A ANAMPOS pensa em aprovar um critério de participação nos ENCLATS que reduza a participação dos diretores e aumente a presença dos delegados de base: categorias com base de até 5.000 pessoas: 2 diretores e 4 delegados;

até 10.000: 3 diretores e 8 delegados de base; até 50.000: 4 diretores e 10 delegados de base;

até 100.000: 5 diretores e 15 delegados de base; mais de 100.000: 7 diretores e 20 delegados de base.

Federações: até 3 diretores.

Funcionários públicos: o mesmo critério dos sindicatos.

Com três assembléias no Sindicato, duas no sábado (23 01) e uma no domingo, os metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema iniciaram a sua campanha salarial que promete ser, como nos anos anteriores, o termômetro para todo o movimento operário do país.

Mostrando na prática que o negócio é trabalhar duro e sério, a diretoria sindical vem, já há um mês, fazendo reuniões por fábricas e discussões para a definição da pauta de reivindicações. Esta orientará a campanha e decidirá a melhor forma de mobilização dos trabalhadores, que durante todo o ano passado foram dos mais atingidos pelo desemprego.

Segundo os dirigentes sindicais de São Bernardo, quando as reivindicações são decididas ponto a ponto pela categoria, ela tem muito mais força para lutar até as últimas consequências, "até uma greve caso haja intransigência dos patrões", como afirma Jair Meneguelli, presidente do sindicato. Estas reuniões por fábricas e as assembléias continuarão por todo o mês de fevereiro, com a categoria se preparando para o dissídio que será a 1ª de abril.

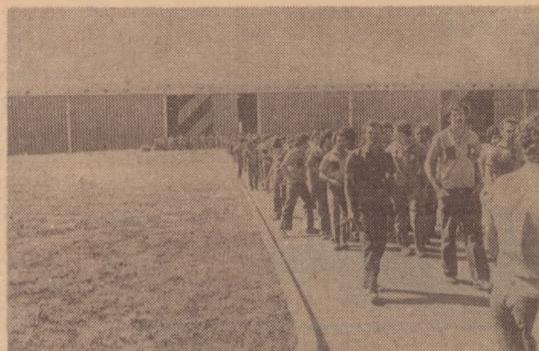
#### A Pauta de Reivindicações

Da pauta de reivindicações aprovada, constam 34 itens que já estão sendo encaminhados para a FIESP (Federação das Indústrias). Destes itens, os metalúrgicos destacam sete como mais importantes: **A estabilidade no emprego; reajuste e aumento salariais trimestrais; representação sindical (comissão de fábrica); piso salarial; salário profissional e redução da jornada de trabalho sem redução de salários.**

## Campanha Salarial/Metalúrgicos do ABC Foi dada a largada

Com duas assembléias no final da semana, foi aberta a campanha salarial dos metalúrgicos de São Bernardo e Diadema. E agora com força ainda maior, mais seis cidades do interior estarão junto com os metalúrgicos na mesa de negociações.

Por Elvira de Oliveira



Em 78: as fábricas param. É o início...



79: as assembléias de 80, 100 mil trabalhadores



Em 80: a repressão à greve que durou mais de 30 dias.



É a resposta dos trabalhadores: 1º de maio de 80.

mais econômicas, tais como o valor do piso salarial e o índice de aumento acima do INPC ainda

A definição das reivindicações não está estabelecida, faltando para isso os dados que o

DIEESE está aprontando e uma melhor discussão no interior das fábricas, mas o que se adianta é

que o índice acima do INPC não deverá ser inferior a 15%.

Além desta lista de exigências, São Bernardo deverá encaminhar também, como tem feito nos últimos anos, uma pauta de reivindicações ao governo, que será submetida à aprovação dos metalúrgicos nas assembléias de 5 e 6 de março próximo. Os pontos desta pauta, são os mesmos definidos pelos trabalhadores na CONCLAI em agosto de 81. Consta também um pedido para que o calendário eleitoral de 81 seja mantido e que haja um maior controle sobre os preços, "principalmente os de bens de primeira necessidade".

#### Interior Junto

Uma novidade das mais promissoras já surgiu com o início da campanha. Vários sindicatos do interior do Estado, cujas diretorias são de oposição, (que ganharam a direção nas eleições em 81) decidiram levar a disputa salarial junto com São Bernardo.

Diferente das campanhas passadas, quando os metalúrgicos do ABC acabaram sozinhos na negociação com os patrões e os outros sindicatos de metalúrgicos do interior delegaram à Federação (do super-pelego Argeu dos Santos), que falasse em seus nomes, 82 terá uma campanha unificada, o que sem sombra de dúvida fortalece e muito a posição dos trabalhadores.

Até agora, são seis as cidades: Santo André, São Caetano do Sul, Santa Bárbara, São José dos Campos, Itú e Ribeirão Preto. São milhares de operários que decidiram disputar juntos neste jogo de forças que se inicia.

## Comissão de Fábrica na Ford Vitória dos operários

O ano passado, a grande imprensa badalou a mais não poder a comissão de fábrica da Volkswagen de São Bernardo do Campo, um rascunho mal acabado de comissão, saído da cabeça de seu Departamento de Relações do Trabalho. Esta comissão, no entanto, até o momento não tem

dado muitas mostras de servir aos objetivos para que foi criada. A Volks continua uma fábrica mobilizada, que não aceitou a redução da jornada de trabalho com redução de salários e neste ano já fez uma greve de algumas horas, (ver matéria ao lado), depois que um operário morreu enquanto trabalhava.

**Na Ford é diferente** Muito menos noticiada, porém, tem sido a comissão de fábrica criada na Ford, hoje a fábrica mais mobilizada de São Bernardo.

Depois da greve de seis dias, em julho do ano passado, contra a demissão de algumas centenas de operários, os trabalhadores

vitoriosos conquistaram: estabilidade por 120 dias e a criação de uma comissão de fábrica, naquele momento provisória e que vem junto com a diretoria do Sindicato dirigindo todos os movimentos que estouram na fábrica.

Agora, com o estatuto que foi discutido passo a passo dentro da própria fábrica, já pronto, os

operários entraram em processo eleitoral. Os 22 membros da comissão serão eleitos nos dias 14 e 15 de fevereiro e sua posse se dará no dia 26.

Destes 22, 10 são efetivos, 10 suplentes e 2 são coordenadores, com cada distrito ou área da fábrica indicando um efetivo e um suplente. (E.O.).

Embora os veículos de comunicação da Grande Imprensa passem a dar destaque ao movimento operário do ABC, a partir de agora, quando se realizam as assembléias da campanha salarial, o certo é que as mobilizações que não se encerraram com o fim da última campanha.

No último dia 19, a morte do metalúrgico Reginaldo Severino da Silva, funcionário da Volkswagen Caminhões provocou a paralisação por mais de três horas de toda a empresa. Reginaldo havia falecido no dia anterior, por volta das 7 horas, de ataque cardíaco, por falta de melhores socorros (a ambulância que deveria tê-lo conduzido ao hospital localizado próximo à fábrica se achava em péssimas condições, atrasou, vindo o operário a falecer).

A diretoria do Sindicato, através do presidente Jair Meneguelli reuniu-se imediatamente com a gerência de Relações Industriais para exigir a apuração dos fatos. Sabe-se que o prensista, sofria há muito

## Greve na Fábrica

Nem só de grandes campanhas vive São Bernardo. Promovendo paralisações nas fábricas, os operários marcam passo a passo a exploração patronal.

Por Vilma Amaro

tempo de problemas cardíacos e não foi afastado para tratamento.

Após a reunião com a direção, Jair Meneguelli conduziu uma assembléia no pátio da empresa, onde os trabalhadores concordaram em retornar ao trabalho, após ouvirem as propostas feitas pela Volks Caminhões. A empresa comprometeu-se de contratar para os diversos turnos de trabalho, médicos de plantão, uma vez que atualmente não existe nenhum para o período noturno, nem no espaço da 6h30 às 7 horas, justamente no momento em que Reginaldo sentiu-se mal.

#### Luta por refeitório

Apesar das muitas conquistas obtidas nos últimos anos pelos trabalhadores em São Bernardo, só quem ingressa no interior de algumas fábricas é que pode ver a precariedade de suas instalações: refeitórios acanhados, sem ventilação, banheiros sujos, condições inseguras de trabalho e extrema repressão das chefias.

Um desses motivos provocou nos últimos dias 21 e 22 uma greve de 300 funcionários da empresa metalúrgica Fabrini S A localizada no quilômetro 14,5 da Via Anchieta. O refeitório tinha sido fechado no início do ano (dia 4) e

depois disso os trabalhadores realizaram negociações com a direção da empresa durante 15 dias, sem obter nenhum acordo.

Após a greve, a direção da empresa reuniu-se com os dirigentes sindicais por mais de três horas e finalmente concordou em reabrir o restaurante interno da empresa no próximo dia 1º, passando a cobrar Cr\$ 50,00 em vez de Cr\$ 30,00 pelas refeições.

Uma outra indústria tem sido alvo de protestos dos metalúrgicos de São Bernardo. É a Toshiba que distribuiu a semana passada uma circular interna anunciando medidas extremas de disciplina, como punição para os ausentes, proibição de aglomerações nas seções e proibição de fumar, além de ameaçar demitir quem não obedecer. Diretores do Sindicato comentaram o manual de disciplina da seguinte forma: "A Toshiba está querendo implantar o mesmo esquema servil do Japão e pensa que ainda estamos em regime de escravidão".

Eleição bancária/SP

# A luta continua!

De 8 a 12 de fevereiro, haverá eleições para o maior sindicato dos bancários do Brasil, o de São Paulo que congrega cerca de 140 mil trabalhadores. 32 mil bancários de São Paulo, Osasco, Guarulhos e Jundiaí irão às urnas.

A chapa 1 — A LUTA CONTINUA — representa a continuidade de uma das mais bem sucedidas experiências de sindicalismo de oposição no Brasil.

Por Antonio Nahas

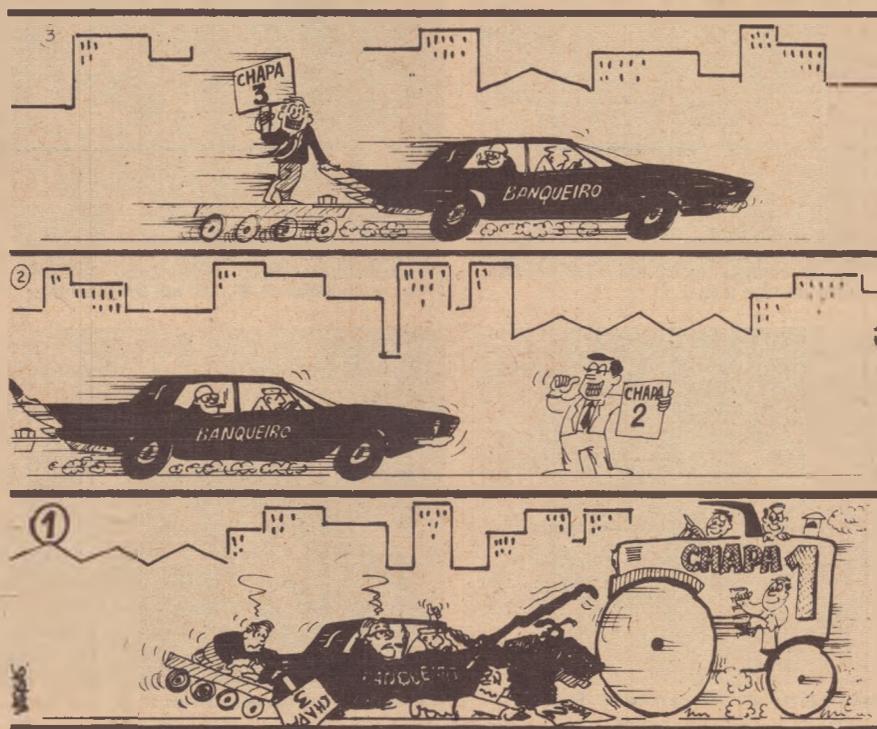
Curiosamente, a campanha está fria. Isto porque as outras duas chapas possuem uma ressonância muito pequena na categoria, o que faz com que a diretoria atual encarre com muita tranquilidade estas eleições. "Nosso maior trunfo foi o trabalho que realizamos nestes três anos", revela Antônio Augusto, presidente atual do sindicato e candidato à reeleição.

De fato, os números falam por si. Nestes três anos, o número de sindicalizados passou de 27 para 45 mil. A diretoria procurou descentralizar o seu trabalho e abriu sete sub-sedes, elemento fundamental na estruturação dos grupos de banco, organização de base dos bancários. Mas, o que todos apontam com um componente decisivo para o trabalho da diretoria é a imprensa diária.

"Travamos todos os dias uma discussão concreta com a categoria", revela Antônio Augusto. A Edição Diária da Folha Bancária — uma página ofício trazendo notícias de jornal e denúncias de banco — começou com 400 exemplares. Hoje, sua tiragem é de 25 mil, sendo sua distribuição feita diretamente pelos bancários. Criou-se assim um poderoso instrumento de vinculação do Sindicato com os mais diversos bancos e as mais variadas seções, que só deixou de circular no dia em que o Sindicato foi vítima de um atentado a bomba. Além disso, consolidou-se uma infra-estrutura de apoio às atividades sindicais — contratação de jornalistas, desenhistas, diagramadores, consolidação de parque gráfico, o que permitiu ao Sindicato manter-se e afirmar-se junto à categoria pela sua prática sindical, sem que fosse necessário apelar para o assistencialismo. Apenas funciona o Depto. Odontológico e, mesmo assim, pago.

Ao mesmo tempo, o Sindicato não descurou do atendimento individual ao bancário.

Além da publicação diária de todas as denúncias grandes ou pequenas que chegam dos bancos, o bancário ao procurar o Sindicato é atendido diretamente por



um Diretor Sindical com assessoria jurídica de um advogado, quebrando assim o atendimento puramente assistencialista, tão comum no movimento sindical.

As dificuldades para se construir isso não foram poucas. A começar pela própria chapa que assumiu o sindicato em 1979. Na ampla composição que se fez contra o pelego, entraram vários elementos corruptos e outros que se transformaram em agentes do Ministério do Trabalho dentro do sindicato. Arthur de Moraes Quadros, responsável pelas compras no sindicato, foi flagrado desviando dinheiro da entidade para os seus bolsos, em conluio com o atual tesoureiro. Este, Lélvio Viana Sobrinho e Camilo Marcolino Pontes foram ao gabinete do Ministro do Trabalho em São Paulo para denunciar o apoio prestado pelo Sindi-

cato dos Bancários aos metalúrgicos do ABC.

"Por ocasião da greve do ABC, Sandra Cajazeira e Luiz Azevedo retiraram uma máquina impressora do Sindicato, pertencente à Gráfica e levaram-na para local desconhecido com a finalidade de imprimir boletins de apoio à greve do ABC", relata, entre outras coisas, o dedurado Camilo Marcolino no seu depoimento.

Além da deduração e da Auditoria do Ministério, o sindicato foi vítima de atentados, teve quatro diretores afastados e enfrentou uma experiência de greve que não foi bem sucedida.

A mesma preocupação com a organização e elevação do nível de consciência da categoria se refletiu no processo eleitoral. Foi preparado e apresentado à base um balanço de 90 páginas, cujo resumo

saiu na edição mensal da Folha Bancária; a chapa 1 foi retirada através de uma convenção, precedida de várias reuniões por bancos; todas as chapas tiveram seus programas e atividades publicados ou noticiados nas publicações oficiais do sindicato. Os mesários serão os próprios bancários — deixando de lado as tradicionais máfias de mesários — e todas as chapas poderão fiscalizar livremente as eleições.

As outras chapas concorrentes têm histórias curiosas. A chapa 3 é formada por antigos pelegos. Entre os seus membros, encontram-se os informantes Lélvio e Camilo Marcolino já nossos conhecidos, e até membros da chapa derrotada em 1979. Sua média de idade é também um indício da sua composição política: três nasceram na década de 1920; treze na década de 30 e cinco na década de 40. Seus poucos membros mais jovens são parentes dos mais idosos e a chapa é apoiada pelo corrupto presidente da Federação, Sr. Lóris.

A chapa 2 pertence àquela gang já conhecida por nós, que sustenta o Joaquinão no Sindicato dos Metalúrgicos de S. Paulo. Estes, se recusaram a participar das convenções porque provavelmente não elegeriam ninguém, na medida em que não fazem trabalho sindical na categoria e não participam dos organismos de base.

A turminha do HP trouxe gente de outros estados para auxiliar na campanha; está fazendo seus comícios nas portas dos bancos lançando eventualmente algumas calúnias. Criticam apenas a chapa 1, que é acusada de incompetência, divisionismo, deixando de lado toda a sujeira vastamente demonstrada da chapa 3, provavelmente esperando uma composição no 2.º escrutínio. No ato de lançamento da chapa 2, noticiado por sinal na Folha Bancária, compareceram 70 pessoas, a maioria de outras categorias.

Tudo indica, então, que dificilmente haverá 2.º escrutínio. A tendência é a consolidação do vigoroso sindicalismo praticado pelos bancários.

## Uma auto-crítica corajosa

A Folha Bancária mensal publicou um resumo do balanço da gestão, que foi dividido nos seguintes pontos: situação da categoria, lutas, comunicação e organização.

O balanço não possui um conteúdo triunfalista, sendo marcado pela franqueza e honestidade com que temas delicados são tratados. O mais significativo disso, foi a abordagem feita sobre a greve de 1979. Num raro caso do sindicalismo brasileiro, uma diretoria sindical faz uma auto-crítica para suas bases e não lança acusações fortuitas sobre outros ombros para justificar alguns erros:

"... Desde 1963 não estourava tanta greve num mesmo ano. E a categoria bancária também foi afetada pelo processo: em B. Horizonte e no Rio, no dia 1.º dia de greve quase 80% da categoria parou..." "Este clima marcou nossa cam-

panha salarial, onde uma parcela de bancários estava disposta a ir às últimas conseqüências na luta contra os patrões. Este sentimento não se generalizou e a tentativa de greve fracassou, deixando um saldo de frustrações na categoria.

Mais grave ainda foi a divisão ocorrida no interior da diretoria, que acarretou também a divisão da comissão salarial. Divergências são coisas normais na atividade sindical, mas se levadas de uma forma confusa para a categoria, elas são danosas pois semeiam a desconfiança, o que é fatal para o movimento.

Desta greve, a diretoria tirou duas conclusões básicas. Para conduzir uma greve vitoriosa contra os banqueiros é preciso: 1.º adesão de toda a categoria; 2.º coesão e firmeza por parte dos órgãos dirigentes (diretoria, comissão salarial, grupos de banco, etc.)...



Folha Bancária: 25 mil exemplares, distribuídos diariamente e de mão em mão nos bancos. Um caso inédito na dinamização da vida sindical e que garante contacto permanente com as bases.

# O Solidariedade resiste!

Boicote ao trabalho, pichações, operações-tartaruga, profusão de panfletos e documentos clandestinos, edição de um semanário clandestino: mesmo profundamente abalados pelo golpe, os operários poloneses tecem os fios da resistência. Sem conseguir ainda negociar um acordo, a Junta Militar prossegue em um mar de incertezas.

Por Wagner Cardoso

“O poder da Junta Militar é considerado como uma verdadeira força de ocupação. Não pensem jamais que a classe operária da Polônia foi vencida pelo seu exército. A procura de novas formas de luta adaptadas à nova situação, não significa fazer prova de resignação. Não será fácil para eles, vencerem 10 milhões de trabalhadores, que viveram uma rica experiência de dezoito meses, mesmo se a repressão foi dura. O povo trabalhador polonês já viveu os massacres de 1956, 1970 e 1976.”

Estas palavras de Zbigniew M. Kowalewski, membro do Presidium da direção do Solidariedade da região de Lodz, pronunciadas num comício a 12 de janeiro último em Paris, exprimem bem a forma como o sindicato independente recebeu o golpe dos militares.

A tática do chamado Conselho Militar de Salvação Nacional do general Jaruzelski foi realmente a de terra arrasada. Como se não bastasse o covarde golpe desferido em 13 de dezembro último, seguido das massivas ondas de repressão, prisões, confinamentos em campos de concentrações e dispensas das fábricas, os militares passaram para a segunda etapa. O terror se aprofundou.

No início de janeiro, o Ministro Krasinski da Economia anunciou uma série de aumentos nos produtos de primeira necessidade: 325% a mais no preço da manteiga e só 250 gramas por mês; aumento de 438% no preço do açúcar; a carne de vaca subiu em 333% e assim por diante.

Outra medida foi o drástico racionamento da alimentação. Como se não bastasse, agora começou a vigorar uma espécie de “congelamento salarial”, isto é, o aumento do ganho do trabalhador fica diretamente vinculado ao aumento da produção na fábrica onde ele trabalhar. E o trabalho é cada vez mais “obrigatório”: a militarização das usinas atingiu já mais de um terço das principais indústrias.

No seio do partido e do aparelho burocrático, a situação também se complica. Além dos expurgos e dos pseudo-julgamentos numa tentativa de “moralizar” o POUP, descobrindo bodes expiatórios da “crise que o país atravessa”, a Junta Militar vê-se em apuros pois só conta hoje com “um terço das forças do POUP”, não sabendo como farão para “ganhar a base social que tanto necessitam afim de viabilizar o novo modelo.” E isto quem afirma é o irrepreensível L. Humanité, jornal do PC Francês que não parou de elogiar as medidas do general Jaruzelski e que agora começa a vislumbrar os impasses.

## Notícias alentadoras

As informações que saem das fronteiras polonesas são poucas mas alentadoras. Os “quinze mandamentos da resistência passiva” emitidos alguns dias após o golpe, parece que estão surtindo efeito. Neles, a Organização de Resistência Solidariedade-Silésia, dos membros do sindicato daquela região, propunham a todo o povo trabalhador o “não enfrentamento com o poder”, na atual etapa.

Rapidamente, estes “mandamentos” se espalharam por todo o país, como o confirma o correspondente do Le Monde, em 8 de janeiro último, que garante a generalização dos “panfletos e documentos clandestinos”. Para o Comitê da Silé-



## A surpresa do golpe

Seweryn Blumsztajn e Zbigniew Kowalewski, dirigentes do Solidariedade, explicam a razão da impotência de primeira hora diante do golpe.

— Qual é a impressão que vocês têm, após um mês de golpe de Estado na Polônia? Jaruzelski conseguiu seu objetivo?

— S.B.: O golpe surpreendeu muito tanto o Solidariedade quanto o resto da sociedade polonesa. É verdade que o Solidariedade já estava se preparando para a confrontação, mas jamais pensaríamos que ele tomaria esta forma. Esperávamos as resoluções do Parlamento quanto aos poderes especiais, o “todo poder ao governo”, e para isso nós estávamos preparando a greve geral. Após os acontecimentos de Bydgoszcz em março último, nós começávamos seriamente a pensar nas formas da greve geral. Não a utilizamos, na época, mas mesmo assim começamos a sentir que possuíamos uma força enorme. O governo compreendeu, sem dúvida, neste momento, que tal fato não poderia se repetir. Em um esboço de balanço, poderíamos também dizer que sob o ponto de vista militar, o golpe foi vitorioso. Mas estou certo que na Polônia, mesmo se as pessoas já estão voltando para as fábricas, elas não estão trabalhando. Isto é o que chamamos de resistência passiva, que continua mesmo se o poder parece ter conseguido abafar toda as formas espetaculares de resistência. Além disso, Jaruzelski não tem nada de concreto para oferecer à população, nem do ponto de vista político, nem muito menos do ponto de vista econômico.

— Vocês pensam que uma parte da população, esgotada pela tensão e dificuldades, acolheu ao golpe com alívio?

— Z.K.: Eu não acredito. Se a ditadura possui uma base, é a dos elementos ligados ao aparelho do partido e ao aparelho administrativo, direta ou indiretamente. Tenho certeza que este governo da Junta Militar, será o

mais isolado de todos aqueles que se sucederam no nosso país. Principalmente, se a nova equipe for incapaz de resolver os problemas de falta de alimentos.

— Fala-se muito em toda a Europa Ocidental, que o Solidariedade foi muito longe...

— Z.K.: Colocada assim, esta questão é muito abstrata. É necessário conhecer-se o que era a sociedade polonesa. Jamais tínhamos visto uma crise semelhante. Como tampouco jamais víamos a paralisia completa do aparelho administrativo. O governo era incapaz de fazer qualquer coisa para resolver os problemas alimentares. Então, de fato, as pessoas do Solidariedade eram levadas naturalmente a exigir cada vez mais poder.

— No final das contas, Solidariedade foi tomado de surpresa. Houve erros de análise?

— A gente pensava que as coisas seriam mais lentas. Não esperávamos um golpe brutal. Nós não temos os meios técnicos do exército. Um sindicato não é um exército.

— S.B.: Talvez nos estivéssemos confiantes em demasia. Pensávamos que com toda a população ao nosso lado seríamos imbatíveis, nada aconteceria de errado. E foi exatamente o que não aconteceu: veio o golpe; uma pancada que pelas suas dimensões, pelo número de prisões, não encontra equivalente há mais de trinta e cinco anos na Polônia. Enfim, é necessário agregar que cada coisa tem seu reverso. Solidariedade era um movimento democrático. Um movimento preocupado demais pela democracia, pela transparência. Nós não tínhamos uma direção de reserva ou um exército clandestino. (Excertos de entrevista concedida ao *Nouvel Observateur* de 9/10/82).

sia, o enfrentamento tem que ser passivo e gradativo: “em caso de greve, não criem comitês de greve; os líderes não devem se mostrar; trabalhem lentamente; critiquem a desordem e a ineficácia dos chefes; Boicotem o trabalho (...) coletem cartazes, distribuam os panfletos (...)

Além desse início de resistência, houve também o apelo de mais de 100 intelectuais publicado no dia 22. Atores, diretores de cinema, teatro, escritores — entre eles, Andrej Wajda, diretor do filme “Homem de Ferro” — exigiram o “término da lei marcial”, “a cessação da repressão ao Solidariedade, a retomada do diálogo com a sociedade”, para “evitar a confrontação sangrenta com sua própria nação”.

O lançamento do semanário clandestino do Solidariedade — o *Tygodnik Wojenny* (Semanário do Estado de Guerra) — editado em Varsóvia pela seção do Solidariedade da região de Mazowsze (a grande Varsóvia), já está também em seu terceiro número, e através dele a direção clandestina do sindicato “pretende articular eficazmente o processo de resistência”.

## A instabilidade da Junta

O ministro de finanças polonês, Krzak declarou a 9 de janeiro à imprensa, que seu país deve “em princípio” reembolsar só este ano, 10 dos 25 bilhões de dólares emprestados. Além disso, seu governo necessitará de 1,5 bilhões de dólares trimestrais para realizar as importações que a indústria tanto necessita.

Neste sentido, as sanções imperialistas só serviriam para “desestabilizar” a junta do general-presidente. E é aliás o que nenhum capitalista deseja. Como tampouco é o desejo da Igreja polonesa e do Vaticano. Os seus constantes apelos são disto uma prova. O primaz Glemp, por exemplo, em uma pregação que foi aliás elogiada pela agência de notícias do governo, afirmou: “Nós podemos e devemos controlar nosso ódio, pois ele não constrói nada de bom (...) O ódio, a vingança nada mais são do que vícios mesquinhos. O próprio Cristo na cruz pregou o perdão a todos seus malfetores. Esta é a nossa vida...”

A URSS por seu turno, tudo faz para manter seu aliado em pé. No dia 6 de janeiro, Moscou assinou com Varsóvia um contrato de trocas comerciais para o ano de 1982, altamente compensador para os burocratas poloneses. Para Jaruzelski serão enviados grandes remessas de combustível, máquinas e de matérias primas.

Por ora, a estabilidade da Junta é débil. Se o golpe foi duro para o movimento operário, para a burocracia a “renovação” também não será fácil. A declaração do mesmo Kowaleski, na conclusão do comício da CGT francesa poderia dar os marcos da continuidade da luta: “Protestem contra o terror na Polônia! Exijam a libertação de todos os presos políticos, o término dos campos de concentração, o fim da Lei Marcial, o restabelecimento das liberdades democráticas! Organizem envios de alimentos e comissões de enquetes para garantir o respeito dos direitos humanos! Chamamos a todos os sindicalistas e sindicatos a se unirem nesta batalha pelo socialismo democrático e autogestionário que representa o Solidariedade!”



# “Estávamos em uma Os operários diziam: Era preciso agir. Mas O testemunho de Zbigniew Kowalewski, da concentrações operárias da Polônia — em um

**N**a tarde do dia 2 de dezembro, o Presidium da direção do Solidariedade de Lodz, reuniu-se em seção extraordinária. Estávamos ainda sob o choque das notícias que chegavam do nosso serviço de informações da cidade de Varsóvia, um pouco antes do corte das linhas telefônicas da direção regional de Mazowsze (região da grande Varsóvia). A polícia e o Exército ocuparam a Escola Superior dos Bombeiros, expulsando de lá os estudantes que estavam em greve. O vice-presidente da seção regional do sindicato foi preso. Em todas as empresas de nossa região, os militantes do Solidariedade estavam já em estado de alerta, prontos para responder aos ataques.

Uma hora mais tarde, Andrzej Slowik, presidente do sindicato da região, tinha viagem marcada para Varsóvia para assistir à urgente reunião do Presidium da Comissão Nacional, convocada por Lech Walesa. Acabávamos de definir a posição que ele deveria defender, após termos analisado a situação geral do país. Uma conclusão se impunha: começávamos a entrar numa crise revolucionária.

Em Varsóvia, Slowik apresentaria uma proposição de ação do Solidariedade: a greve ativa combinada com a criação de milícias operárias. Durante as horas que se seguiram, a tensão política diminuiu a nível nacional. Quanto a nós, chegávamos à conclusão — nos dias posteriores — que a crise possuía já um caráter revolucionário.

Já há dois meses, os dirigentes do POUP implementavam uma campanha pela “criação de uma Frente de Acordo Nacional”, que deveria substituir a Frente de União Nacional, totalmente controlada pelo partido governista, cuja existência limitava-se aos períodos de eleições para apresentar uma lista única de candidatos, resolvendo assim o problema da composição dos órgãos representativos. A concepção da Frente, diferia segundo os dirigentes do POUP, o que provava as divergências entre eles. Mas todos estavam de acordo numa questão: evitar toda discussão quanto ao conteúdo de um eventual acordo. Para eles, tratava-se primeiramente da criação de uma Frente: só após se daria a discussão das bases de tal acordo. Nós pressentíamos a armadilha. Tratava-se de privar a autonomia do Solidariedade, amarrando suas mãos.

Nossa posição foi pois a seguinte: a frente, não; o acordo, sim.

O conteúdo do acordo deveria ser determinado por três forças: o poder de Estado, a Igreja e o Solidariedade, como principal movimento social. As outras forças deveriam engajar-se a apoiar o conteúdo deste acordo, cujos fundamentos só poderiam ser as teses programáticas adotadas pelo congresso do Solidariedade. Três pontos compunham o acordo: a luta contra a crise, a realização da reforma econômica e a criação de uma república autogovernada.

Kropniwcki e eu, deveríamos tomar parte numa discussão sobre isto com os representantes do POUP em uma emissão televisada a nível nacional. O Birô

político do partido, estava de acordo com este debate. Iamos para os estúdios da TV quando o diretor geral da TV de Lodz informou-nos por telefone que a emissão estava anulada. O POUP recusava-se a participar. Na véspera, a 3 de dezembro, quando da reunião do Presidium da Comissão nacional em Radom, Lech Walesa e numerosos outros dirigentes, convencidos como nós, em Lodz, do caráter revolucionário da situação, tinham pela primeira vez se questionado sobre “quem deve exercer o poder, uma minoria burocrática ou as massas trabalhadoras?”

Já há alguns meses, esta questão começava a amadurecer no seio da classe operária, colocando assim o problema fundamental da revolução polonesa. É aliás o que os trabalhadores nos diziam quando das reuniões nas empresas, exigindo que nós lutássemos por eleições livres. Havia atualmente uma convicção geral: era necessário que as eleições para os Conselhos municipais e provinciais previstas para breve, se desenvolvessem da maneira mais democrática possível. E o POUP sabia muito bem que nesse caso ele seria o grande perdedor. Eleições livres não rima com POUP.

**O sistema de abastecimento já não funcionava e entrava em crise a cada dois meses desde julho. “Neste país, aquele que controla a distribuição da alimentação, detém o poder”, confidenciou o vice-primeiro ministro Rakowski a Walesa. Na nossa região, nós já detinhamos este controle.**

Para a direção regional do Solidariedade (de Lodz), o problema mais urgente era o da luta pelo abastecimento alimentício da população. Já há alguns meses, a grande aglomeração industrial que é a cidade de Lodz, via-se ameaçada pelo fantasma da fome. O sistema de abastecimento dos artigos de primeira necessidade já quase não funcionava, e entrava em grave crise a cada dois meses, desde julho passado, período em que houve a célebre “marcha contra a fome” das 30 mil mulheres, por iniciativa do sindicato. Após haver examinado o sistema de normas de abastecimento do governo, nos certificamos que havia ali a maior desordem, escandalosa. A administração provincial era incapaz de determinar o número exato de pessoas que deveriam receber os cartões de racionamento. Segundo as estimativas apresentadas várias vezes pelas próprias autoridades, as cifras variavam de 120 mil, para uma população de 1 milhão de habitantes. Inúmeros cartões eram distribuídos em segredo a pessoas pertencentes a um grupo próximo ao aparelho burocrático. Ninguém controlava a destruição dos



Zbignaw Kowalewishi

cartões de ração após serem usados; parte deles então, eram recolocados em circulação. Resultado: para conseguir-se algo em troca dos cartões, era necessário fazer filas durante todo o dia, chegando até às vezes, a demorar dois ou três dias.

“Em outubro, a direção do Solidariedade de Lodz começara a exigir a descentralização da impressão dos cartões de ração para nossa região. As tensões sociais e os riscos de explosão das greves eram tanto em nossa cidade que a prefeitura conseguiu rapidamente esta autorização do poder central. Era a única região do país em que nós imprimíamos os cartões. O Solidariedade de lá imprimia segundo um sistema determinado por nós mesmos e sob controle de uma comissão mista composta de representantes do sindicato da prefeitura. O número dos cartões impressos correspondia finalmente às nossas necessidades. A gente controlava também a distribuição dos cartões, o que acabava com o problema dos privilégios. E com isso conseguíamos mais uma vitória. O poder central antes negara terminantemente ao Solidariedade o direito de controlar a distribuição dos artigos de primeira necessidade, argumentando que isso seria uma ingerência nas prerrogativas do poder. (Como o disse o vice-primeiro ministro Rakowski a Lech Walesa: “Neste país, aquele que detém o controle da distribuição da alimentação, detém através disso o poder.”). Na nossa região, nós já exercíamos esse controle! O Solidariedade estava presente em todos os locais e situações. As autoridades tinham cada vez mais dificuldades para nos impedir de obter informações sobre o estado da situação econômica. Graças à nossa atividade, o abastecimento da população melhorava sensivelmente, e as filas diminuíam. E como próximo passo, estávamos já preparando um plano de controle da produção industrial na região.

Começávamos também a exigir que uma parte das empresas modificassem seu tipo de produção, produzir instrumentos para a agricultura. No campo, não é só de tratores que precisamos, mas de pregos, de foices, pás, de tudo enfim que seja feito de ferro. Em caso de recusa das autoridades, nosso sindicato havia já prevenido a todos que convocaria a greve geral, juntamente com os órgãos de autogestão operária nas empresas em

questão e que tomaríamos o poder nas fábricas, reorientando a produção em função das necessidades do campesinato. No dia 9 de dezembro, começávamos também a elaborar um plano de controle de distribuição de energia. A crise energética estava cada vez mais grave.

**Em um número crescente de empresas, os conselhos operários já tinham advertido à direção das fábricas que não iriam mais respeitar a lei e que iriam exercer o poder. O diretor, em caso contrário, poderia ser até expulso. Esta era uma tendência generalizada em todo o país e que crescia cada vez mais.**

As autoridades eram incapazes de definir prioridades em função das necessidades sociais. Existia um real perigo das empresas que produziam principalmente para exportação, seja para a URSS ou para o ocidente, se virem plenamente satisfeitas, enquanto que as usinas produtoras para o mercado interno estavam ficando praticamente imobilizadas. Nosso sindicato tinha então determinado uma série de novas tarefas: o estabelecimento de prioridades e princípios racionais da distribuição de energia.

A classe operária teria que salvar as empresas! O controle social sobre a economia exercido pelo sindicato, assim como o desenvolvimento da autogestão operária representava para nós a última chance de lutar eficazmente contra a bacarrota total do país.

Desde há algum tempo, a direção regional do Solidariedade avaliava que a realização de uma reforma econômica radical, apoiada na autogestão operária, representava o objetivo estratégico central de nosso sindicato. Já tínhamos adotado essa posição aliás, bem antes da Comissão Nacional ter se pronunciado a favor. A causa fundamental da crise econômica residia, para nós, na questão do monopólio dos principais meios de produção encontrar-se nas mãos do aparelho burocrático do Estado e do partido, que lhe permite dispor dos meios de produção, sem assumir no entanto seus erros posteriores, daí a anarquia da política econômica reinante no último decênio, e o esgotamento das reservas humanas, naturais e financeiras do país. A reforma econômica, que vincula a autogestão operária a uma planificação democrática vinda da base do sistema, deveria permitir à sociedade ser a verdadeira proprietária dos meios de produção, decidindo sobre sua utilização em função de seus próprios interesses e não dos de uma minoria privilegiada. Pressionávamos a Comissão Nacional do sindicato para que ela organizasse o mais rápido possível, e em todas as empresas do país, um referendo

# situação revolucionária. avante, avante! eles saíram na frente".

*direção do Solidariedade de Lodz — uma das maiores  
artigo inédito no Brasil*

sobre a lei da autogestão, de acordo com a resolução apresentada pela delegação de Lodz no congresso do Solidariedade e adotada por este último. As leis adotadas pelo governo, eram de fato incompatíveis com as exigências dos trabalhadores que aspiravam a uma verdadeira autogestão, pois estas só visavam a manutenção do poder da burocracia sobre a economia.

A batalha que desencadeamos contra a **Nomenklatura** (listagem daqueles que são fiéis ao partido e que "devem" subir na hierarquia) nas empresas não se limitava somente a uma ação propagandista. Existia em Lodz grupos de especialistas independentes que organizavam concursos abertos a todos para o posto de diretor. Isso em várias regiões, e sempre propostos pelos conselhos operários. Baseando-se em métodos científicos, o grupo de especialistas selecionava duas ou três pessoas dentre os candidatos. Uma delas deveria ser nomeada diretor pelo conselho operário.

As autoridades queriam manter a Nomenklatura nas 1500 empresas mais importantes. Nem o movimento pela autogestão, nem o Solidariedade queriam aceitá-la. Numerosos conselhos operários tinham optado pela política do fato consumado, organizando assim um concurso para a nomeação do diretor. Para salvar as empresas dos efeitos da crise, era essencial que os especialistas tendo reais capacidades substituíssem os marionetes do aparelho do partido nas usinas.

**No dia 9 de dezembro, seis dos membros da direção regional do Solidariedade encontraram-se com os trabalhadores das doze principais empresas da cidade. Discutiu-se o problema da greve ativa e a formação de guardas operárias. Estas deveriam zelar pela defesa das fábricas e pela distribuição.**

Mas a luta era antes de mais nada para saber-se "quem deveria dirigir a empresa". A lei adotada em outubro dizia que cabia ao diretor a tarefa de gestão e aos trabalhadores apenas dela participar. O Solidariedade, lógico, se opunha, afirmando que isso não tinha nada a ver com autogestão, mas tratava-se de cogestão.

Em um número crescente de empresas, os conselhos tinham já advertido ao diretor que eles não iriam respeitar a lei, que eles iriam exercer o poder e que suas decisões deveriam ser aplicadas. Em caso contrário, o diretor poderia ser expulso da fábrica. Não que esta fosse uma atitude generalizada dos trabalhadores de todo o país, mas apontava uma tendência que se ampliava.

Todos os economistas independentes do país estavam de acordo quanto ao fato de que a Polônia jamais sairia desta crise enquanto não liquidasse o sistema buro-



Marcha contra a fome em Lodz, em agosto de 1980.

crático que regia a economia; o que era largamente aceito pela classe operária. O governo tinha prometido implementar a reforma econômica a partir de janeiro de 1982, o que suscitou enormes esperanças na população. E o que aconteceu foi o inverso, pois o Conselho de ministros aprovou uma lei ainda mais centralizadora e drástica, contra as advertências do Solidariedade.

Tal decisão, engendrou uma efervescência e descontentamento extremo nas fábricas. "É necessário que nós mesmos pratiquemos a reforma econômica, sem as autoridades e contra elas se necessário". Esse era o ponto de vista que prevalecia dentre os trabalhadores de Lodz, quando das reuniões nas empresas e nos encontros regionais de militantes do movimento pela autogestão. No seio da direção regional do sindicato, nós estávamos convencidos que a única saída possível que restava à classe operária residia na greve ativa (ver EM TEMPO nº 140). Foi aliás, em Lodz que a idéia desta forma de luta surgiu: em agosto, eu tinha escrito um caderninho com o título de "Sobre a tática de greve ativa". Esta greve ativa, isto é o controle da produção por um comitê de greve, segundo um plano elaborado pelos próprios trabalhadores e em função das reais necessidades sociais, assim como o controle destes mesmos comitês sobre a distribuição, deveria permitir, através de métodos revolucionários, privar a burocracia central do poder econômico, começar a praticar a reforma econômica e socializar os meios de produção. No dia 23 de outubro, a Comissão Nacional do sindicato recomendava a todos preparar a greve ativa. Esta ameaça colocou em pânico o aparelho de Estado. O general Jaruzelski e, em seguida o órgão do POUW "Trybuna Ludu", e depois o secretário do Comitê Central, Olszowski, tomaram parte numa ampla campanha de propaganda contra a tática da greve geral. Anunciaram que o governo usaria de todos os meios à sua disposição para impedir que ela fosse desencadeada. Entretanto, a palavra de ordem de greve tornava-se a cada dia mais popular e

simpática na base do sindicato. Na minha região, uma pesquisa mostrava que 65% dos sindicalizados — mais de 85% em certas empresas de grande porte pronunciavam-se por esta forma de luta, como sendo a mais apropriada. Equipes encarregadas de prepará-la foram montadas nas direções regionais de Lodz, Varsóvia, Stalowa Wola e Katowice. Numa filial da usina de "Huta Katowice" da região de Opole, o Solidariedade estava prestes a iniciar uma greve ativa em 8 dezembro, assim como na fábrica de tratores "Ursus", no dia 14 do mesmo mês. Mesmo depois que uma parte dos membros e dos conselheiros da Comissão nacional julgaram a greve ativa como algo negativo. Aliás, foram estes mesmos companheiros que meses antes tinham "dúvidas" ou "não estavam de acordo" com a questão da autogestão...

Mas nós, na cidade de Lodz, já estávamos bem afiados, preparando a fundo esta greve. No dia 9 de dezembro, seis membros do Presidium da direção regional encontravam-se com os trabalhadores das doze principais empresas da cidade, em comícios massivos. Ali foram discutidos os problemas da greve ativa, da formação das guardas operárias e das medidas a serem adotadas na luta contra a sabotagem da produção. A imensa maioria dos trabalhadores pronunciava-se então por tais formas de luta. A guarda operária ou a milícia de auto-defesa do Solidariedade deveria assegurar a defesa das fábricas e da rede de distribuição durante a greve ativa.

Nesta mesma noite, nós nos encontramos com os representantes do Solidariedade das regiões vizinhas. Anunciamos que nossa região entraria certamente em greve ativa no dia 21 de dezembro e pedíamos que eles nos apoiassem, assegurando o abastecimento alimentar da população de Lodz. Foi aí que, pela última vez, falei com Andrzej Slowik, o presidente do Solidariedade na cidade. Ele deveria ir para Gdansk durante a mesma noite para solicitar à direção nacional do sindicato a autorização para organizar a greve ativa em Lodz. "Em março, após a

provocação de Bydgoszcz, nós entraríamos numa situação revolucionária" ele me dizia. "Nós não soubemos aproveitar-nos dessa situação. Fizemos um compromisso, renunciando à greve geral. Hoje, voltamos a viver novamente uma situação revolucionária. Se não agirmos eficazmente, isso será uma traição à classe operária que não suporta mais esperar, pois todos estão conscientes que o poder, para conservar seus privilégios, fará de tudo, deixando que a crise e o caos reinem. Isto foi o que os operários das fábricas me disseram hoje mesmo. Creio que se trata de um mandato e é sobre esta base que irei viajar para Gdansk. Só há uma alternativa: ou a ditadura burocrática esmaga a sociedade, ou o socialismo operário e autogestionário vence."

**E Andrzej Slowik, presidente do Solidariedade da cidade, me disse: "Em março, havíamos entrado em uma situação revolucionária mas fizemos um compromisso e renunciamos à greve geral. Hoje voltamos a viver uma situação revolucionária. Se não agirmos já, será uma traição à classe operária".**

Eu estava convencido que Slowik não se enganara na sua análise sobre a situação. Este chofer de ônibus, dirigente da greve de Lodz em agosto de 1980, e já há muito tempo um das mais combativos e radicais dirigentes nacionais do Solidariedade, tinha feito prova de uma grande capacidade de compreensão do estado de espírito de sua classe.

Em Lodz, no entanto, nós estávamos conscientes que o poder evoluía no sentido de sua militarização, do confronto. Víamos que à medida que a crise da burocracia se aprofundava, a única força na qual ela podia se apoiar era o exército, seu próprio aparelho repressivo. A remilitarização do poder era evidente. Não obstante, nós confiávamos na luta das massas para fazer obstáculo a este processo. Em março, em todo o país, o Solidariedade estava bem preparado para a greve geral. O poder estava então confrontado à alternativa: ser derrubado ou procurar a solução de compromisso com os dirigentes sindicais. Em dezembro, o poder estava prestes a declarar guerra à sociedade, aliás para isso ele se preparava já há dez meses, mas eles sabiam que a cartada mais segura seria o elemento surpresa. Tratava-se de impedir que o Solidariedade preparasse a greve geral. Numa região decidida a deflagrar a greve geral como a nossa, por exemplo, o Solidariedade estava preparado para escolher o terreno e o momento do enfrentamento com o poder.

O dia 13 de dezembro mostrou-nos que a burocracia temia demais uma tal situação. E ele saíram na frente.

## Argentina

## A ditadura em retirada

O temor a um "juízo de Nuremberg" está no centro das graves divergências internas dos militares, que se derrubam e encarceram entre si.

A exigência de aparição com vida dos 30 mil seqüestrados e uma crise econômica sem precedentes, estão na base do renascimento do movimento de massas.

Por Marcelo Zugadi

No dia 22 de dezembro passado, um golpe de Estado na surdina mostrou a insanável debilidade do regime militar na Argentina. A mesma junta de três comandantes que designou o general Roberto Viola para o período presidencial 1981-1984, teve que substituí-lo antes que ele cumprisse a quinta parte de seu mandato. O comandante do exército, general Leopoldo Galtieri, ocupou o lugar de Viola mas, desta vez, o presidente mantém o cargo de comandante e também o de membro da junta militar, o órgão máximo de poder.

Não havia, no entanto, acordo entre os militares nem para derrubar a Viola nem para escolher seu sucessor. E durante cinco semanas o país assistiu a um show no qual Galtieri afirmava que Viola não podia continuar na presidência por razões de saúde, enquanto Viola insistia em que se achava perfeitamente são.

A grotesca impotência de Viola, porém, era apenas a expressão do esgotamento, a falta de reflexos, o isolamento total, a crise sem saída do regime militar. E mostrava antes de mais nada, a profunda divisão das Forças Armadas perante uma situação econômica e política

que está fora do seu controle.

Depois de suas declarações favoráveis ao envio de tropas a El Salvador e ao Oriente Médio, sua expressa identificação com a política de Reagan, não se pode duvidar que o novo ditador está disposto a contribuir com uma invasão na América Central e a tudo quanto seja necessário para conter a revolução no mundo, segundo os planos do imperialismo. Menos dúvidas ainda se tem sobre o fato de Galtieri ser responsável direto pelo terror, os seqüestros, a tortura, a prisão, o obscurantismo e a falta absoluta de garantias individuais que sofre a Argentina.

No entanto, se são indubitáveis o caráter e as intenções de Galtieri, menos certas são as suas possibilidades.

No seu discurso do dia 23 de dezembro, Galtieri anunciou um plano econômico idêntico ao aplicado por Martinez de Hoz durante os primeiros cinco anos de ditadura. Os objetivos anunciados foram os mesmos de 1976: privatizar empresas públicas, acabar com o déficit fiscal, sanear a moeda, deter a inflação. A equipe econômica está encabeçada por um agente do capital financeiro internacio-

nal, Roberto Alemann, representante na Argentina da União dos Bancos Suíços. Galtieri enfatizou a sua decisão de cumprir a qualquer custo esses objetivos. De planos políticos não falou. Mas fez três alusões significativas: "não é difícil aceitar a necessidade de um acordo" entre as principais forças do país; "demonstrarei que se pode exercer a autoridade sem autoritarismo" e "não é possível pedir confiança", não se pode jogar com "o resto" de tempo que tem o regime militar.

Seu plano, então, mostrava-se perfeitamente claro no econômico e totalmente indefinido no político. E não poucos confundiram imagem com realidade, intenções com possibilidades e anunciaram um endurecimento extremo do regime, uma volta a 1976.

### Uma retirada de emergência

Duas semanas depois, porém, ficava em evidência a verdadeira razão da mudança de Viola por Galtieri: em vista do isolamento da posição dos militares, da concentração explosiva de forças no campo opositor, da divisão e desmoralização em suas fileiras e a iminência de grandes

batalhas, os comandantes tentam um urgente recuo tático.

Galtieri tratou de compor um gabinete exclusivamente civil. Não o conseguiu pelo desacordo da Marinha e a Aeronáutica. Mas obteve uma maioria de ministros civis. Logo em seguida ordenou que todos os militares com cargos nas empresas do Estado renunciassem de imediato. E durante três semanas enfrentou a resistência dos beneficiários para alcançar um ponto chave de seu plano: colocar governadores civis. E o conseguiu: as cinco principais províncias do país (Buenos Aires, Córdoba, Santa Fé, Mendoza e San Juan) têm já governadores civis.

Enquanto isto acontecia, a unânime oposição aos planos econômicos gerou uma crise de gabinete; começou-se a discutir a substituição de Alemann e o ministro do Interior, general Saint Jean (outro "super duro"), procurou acalmar os protestos declarando que "as medidas econômicas não são inflexíveis". Num mês, os termos, ficaram invertidos e Galtieri anunciava que a economia se subordinará aos objetivos políticos. Em outras palavras: em fins de dezembro a junta pretendia retroceder a posições de força; em fins de janeiro, aceita que deve subordinar tudo à



necessidade de que a retirada se cumpra em ordem. Em fins de março, quando a ditadura fará seu sexto aniversário, se poderá verificar se esse objetivo é ainda viável.

O plano de retirada inclui a formação — igualmente às pressas — de um partido oficial (os governadores civis deverão ser a base dessa estrutura), a reorganização dos partidos confiáveis e o chamado à eleições para 1984. Clarín, o diário de maior circulação no país, informava no dia 10 de janeiro que "em 1982 se declararia em assembléia aos partidos e em 1983 e 1984 os agrupamentos políticos deverão fazer um acordo com as forças armadas para escolher um presidente, existindo a possibilidade de que o vice-presidente seja um civil eleito pelo partido que obtiver mais votos nas eleições para parlamentares e governadores". O próprio Galtieri, com sua fineza de estilo, confirmou este plano ao declarar no dia 22 último: "Querem participação civil ou não querem participação civil? Desejam que os militares se retirem? Bom, em meados do ano a lei dos partidos vai estar aí, e de aí em diante... vai estar aberta a corrida" (Oh, obrigado! Como o senhor é bonzinho...)

Os partidos reunidos na Multipartidária

(peronista, radical, desenvolvimentista, intransigente e democrata-cristão) publicaram dois documentos no último mês. No primeiro, exigem eleições imediatas, sem proscições nem condições; justificam o papel repressivo das forças armadas e pedem que sejam dados "esclarecimentos" para as famílias dos 30 mil desaparecidos. No segundo, os bravos democratas da Multipartidária utilizam pela primeira vez em seis anos a palavra ditadura para caracterizar o governo. Atacam o ministro de economia, mostram alarme pela tentativa de formar um partido oficial e anunciam cataclismos sociais para os próximos meses. Não conclamam porém, à mobilização, mas aconselham a evitá-la.

A polarização entre governo e Multipartidária se completa com a crise interna das forças armadas: ao redigir este artigo, o general Onganía — ex presidente e caudilho militar — e o almirante Massera — integrante da junta durante os primeiros três anos de ditadura — estão presos por atacar duramente o governo.

No dia 7 de novembro, uma marcha com as consignas "Paz, Pão e Trabalho" reuniu 50 mil trabalhadores. (A con-

centração foi diante de uma igreja e é importante destacar que é a primeira vez nos 120 anos de história do movimento operário argentino que as direções sindicais tentam fazer passar o eixo de uma ação de luta pela Igreja. Importa assinalar, também que "Paz, Pão e Trabalho" foram as consignas que o partido bolchevique lançou em 1917 para a tomada do poder). É evidente que a manifestação, apenas uma pequena mostra do descontentamento operário, acelerou a queda de Viola. Porque o que demonstrou é que os dirigentes não podem controlar as bases (se pretendia uma pacífica missa e o que ocorreu foi um combativo ato político) e que a reorganização do movimento operário está em plena marcha, deixando aos burocratas a possibilidade de encabeçá-la para procurar controlá-la ou ficarem definitivamente marginalizados.

### O movimento operário entra em cena

Pouco depois, um fato decisivo marcou o rumo da nova situação: as duas frações burocráticas da Union Obrera Metalúrgica (Lorenzo Miguel e Luiz Guerrero) reunificaram-se, depois de

três anos de esforços inúteis para dividir a categoria. Essa reunificação mostra a fortaleza dos organismos de base tradicionais do movimento operário argentino e é o primeiro passo da reunificação da Confederação Geral dos Trabalhadores (dividida agora em CGT, CNT e Grupo dos 20).

Este é o quadro que enfrenta a nova versão da ditadura militar. A margem que tem é precisamente a que oferece a falta de uma direção operária, capaz de colocar um alternativa política independente. Mas a crise é tão profunda e a cumplicidade e a impotência dos partidos burgueses é tão grande, que nem a traição dos burocratas, nem a vacilação dos reformistas e a deserção dos arrependidos poderá evitar que a experiência da última década se transforme numa nova direção, classista e independente, dos trabalhadores.

Que Galtieri caia antes de julho, consiga chegar até as eleições que pretende para 1984 ou as adiante para 1983, são detalhes sem importância diante da transformação que tem se operado nas massas oprimidas nos últimos anos e a inevitável confrontação que está se gestando nas entranhas da sociedade.

## Cerca de 150 militantes do PT gaúcho reuniram-se no dia 17 de janeiro no I Encontro sobre a questão da mulher. Aprofundando as discussões e elegendo uma Comissão de Mulheres, este certamente foi **Um bom começo, chê!**

Da Sucursal

**C**onsiderando a precária discussão anterior e até mesmo a falta de condições financeiras para o deslocamento dos militantes do interior do estado, o número de participantes do Encontro e o nível das discussões foi muito além das expectativas.

Questões como o trabalho feminino urbano e rural, contracepção e sexualidade, educação e família, a mulher negra e violência foram abordados com a profundidade necessária para que se percebesse que estamos apenas no início de um trabalho. Ficou provada a necessidade de extrapolar as constatações genéricas e de avançar em busca de um programa e plano de lutas concretas que respondam aos impasses por que passa o movimento de mulheres no Brasil.

O próprio encontro foi um indicio do que talvez seja o maior problema a ser enfrentado pelo PT: a pouca participação da mulher operária, um reflexo da realidade do próprio movimento, que hoje encontra dificuldades de se enraizar na massa de mulheres trabalhadoras. Quando constatamos que a dupla jornada de trabalho significa 18 horas por dia de incessante correria, somadas a um fim de semana de redobrado trabalho no lar (lavar as roupas dos 6 dias, reordenar a casa e o rancho), nos perguntamos: que tempo sobra para participar de reuniões?

Não é a toa que nos relatórios foi enfatizada a necessidade de organizar creches provisórias nos próprios locais de reuniões, nas associações e entidades, para que as mulheres possam participar. No mesmo sentido vai a reivindicação de que os maridos e companheiros dividam as tarefas domésticas: "se os dois não podem ir a todas as reuniões, um dia vai um, outro dia vai outro..."

### As mulheres, o PT e as eleições

Também na discussão das eleições ficou claro que o PT é, e deve continuar sendo, um partido diferente: não basta determinar cifras de participação e filiação feminina, bem como não basta determinar porcentagens de candidaturas femininas. É necessário que as petistas cheguem às direções do partido em pé de igualdade com os homens. Mais do que ter candidatas, é necessário que o PT tenha um programa que inclua a defesa das lutas das mulheres e que esta defesa seja feita por todos os candidatos do partido. Nenhuma discriminação sexual deverá acontecer nas escolhas de candidaturas. Só assim o PT poderá denunciar a manipulação que os outros partidos tentam impingir às mulheres.

Aprofundar o debate significou extrapolar a constatação de que todos os problemas específicos das mulheres são decorrentes de uma sociedade dividida em explo-

radores e explorados. É preciso ir além da necessária participação feminina nas lutas de todos os trabalhadores brasileiros. De outro lado, também não basta acatar as já tradicionais bandeiras específicas femininas. Tornou-se presente a necessidade de que as trabalhadoras se organizem nos bairros, vilas, associações e entidades, em torno de suas reivindicações concretas.

Depois de mais de 10 horas de intenso debate sobre a mulher, ficou bem clara a importância de organizar e agilizar a discussão deste tema. Para isto foi encaminhada a formação de uma comissão de mulheres que deverá cumprir o papel de assessoria às instâncias do partido, onde então o conjunto dos militantes vai discutir e deliberar sobre a questão feminina.

O PT deve ter propostas claras para o movimento de mulheres sem esquecer que o próprio movimento construirá seus organismos de participação e decisão. Para defender a autonomia efetiva do movimento de mulheres, o PT deve observar os exemplos dos outros partidos, que constroem organismos manipuladores das mulheres. Nesse sentido, a comissão de mulheres do PT deve ter bem presentes os limites de seu papel e jogar todos os esforços no enraizamento desta discussão no partido.

## Falam as trabalhadoras rurais

**A**situação da mulher trabalhadora rural é extremamente dura. Como toda mulher trabalhadora, ela enfrenta a dupla jornada de trabalho, trabalho doméstico e trabalho na roça (ou na empresa rural, no caso das assalariadas do campo). O trabalho é árduo, a jornada é longa, as condições de trabalho são péssimas e o trabalho doméstico é pesado, pois as condições de vida também são precárias: muitas vezes não existem os serviços básicos, como água e luz, e muito menos os demais, como creches, que já são reivindicações das trabalhadoras urbanas.

Neste quadro, a participação política da mulher é mínima. A participação sindical é prejudicada porque seria necessário pagar uma segunda taxa de sindicalização além da do marido. Além disso, não há mesmo tradição de participação política e as condições gerais não contribuem para que esta tradição se modifique. Na família trabalhadora rural, quem participa do sindicato é sempre o homem.

A participação da trabalhadora rural no PT está iniciando agora, ainda são criticadas e mal vistas. Tem sido difícil encontrar pessoas que realmente assumam o trabalho de militância no partido.

### Trabalho igual, salário diferente

A trabalhadora rural não tem direito a aposentadoria. Só depois que o marido morre. E, no entanto, trabalha como ele a vida toda! A aposentadoria é só meio salário, não dá para nada. A mulher bóia-fria recebe sempre um salário mais baixo do que o do homem. O trabalho da mulher nunca é considerado no cálculo do preço dos produtos, como se não fosse toda a família que trabalha na roça.

Quando grávida, a mulher é obrigada a trabalhar até o último dia, não tem outra alternativa. Não tem auxílio maternidade. Quando consegue tirar repouso pós-

**Um dos grupos de discussão do Encontro reuniu trabalhadoras rurais que, provavelmente pela primeira vez de forma organizada, falaram das suas condições de vida e de trabalho enquanto mulheres. Aqui, o relatório do grupo.**



A presença de trabalhadoras rurais permitiu uma discussão original

parto é por pouco tempo e logo já pega no trabalho pesado de novo. É muito frequente a recaída de parto por péssimas condições de saúde.

Os centros de saúde não dão assistência médica necessária. O Funrural não

funciona. As famílias do campo são grandes, muitos filhos e a mulher é a única responsável pela contracepção. Os homens absolutamente não se envolvem com este problema. Não há esclarecimentos sobre o assunto.

### As principais propostas

- Lutar pela aposentadoria integral para homens e mulheres, em pé de igualdade.
- Elaborar e discutir amplamente um programa que coloque os problemas das mulheres do campo. Procurar envolvê-las ao máximo na sua elaboração.
- Lutar pela modificação na contribuição sindical, de forma que as pessoas de uma mesma família paguem uma taxa só, considerando-se assim a família como unidade produtiva.
- Tentar promover a participação das mulheres nas reuniões do PT e dos sindicatos. Para isso: montar um esquema para que as crianças fiquem todas sob responsabilidade de alguém, num local próximo às reuniões. Escolher o melhor horário para as reuniões.
- Iniciar um processo de discussão no partido sobre saúde, educação, nutrição, contracepção, reprodução, com a participação de pessoas dos núcleos e comissões que possam reproduzir estas discussões nos diretórios municipais.
- Lutar por mais médicos, mais assistência médica e maiores esclarecimentos sobre a saúde da mulher e da família. Atendimento médico integral pelo Funrural.
- Discutir com as mulheres a questão da educação: incentivar as meninas e as mulheres a irem para a escola. Educar as crianças evitando a divisão do trabalho: masculino X feminino.
- Em toda discussão a ser levada pelo partido deve ser colocada a questão do direito da mulher de participar em todos os níveis. A mulher deve buscar e ter ao seu alcance mais informações. A mulher deve participar, na mesma proporção que o homem, nas reuniões do PT e ter papel de decisão, pois trabalha em pé de igualdade com o homem. Que no PT não haja a tradicional divisão de trabalho dos demais partidos.

# ELIS

**A**s 11 horas e 45 minutos do dia 20 de janeiro de 1982, em que completaria 37 anos, calou-se a voz mais forte e bela de quantas este país já teve.

Sua partida foi tão funda quanto sua chegada. Seus gestos inusitados e fortes, os braços, as mãos, a alegria de cantar, o *Arrastão* em que capturou a todos nós em suas malhas feitas de sedução, de *Fascinação* e coragem.

Partiu a cantora brasileira que se igualou às maiores do mundo, em todos os tempos. A mesma emoção de Billie Holliday, a técnica e o encantamento de Sarah Vaughan, mulher e cantora que foi mais longe em todos os caminhos. Da defensora intransigente da música brasileira à experimentadora de todos os ritmos e sonoridades. Cultora dos grandes mestres (Cartola, Lupicínio, Ari Baroso, Pixinguinha...) e intérprete inigualável dos desconhecidos talentosos (Milton Nascimento, Edu Lobo, João Bosco, Belchior, Renato Teixeira...).

Mas isso são modos de se escrever um necrológico, uma oração fúnebre e definitivamente isso não se aplica ao caso, porque, é claro, Elis virou encantada!

Por vezes, parece que tudo

não passa de arte do demo, essa criatura fera, o sem nome, o cão, o peçonhento, no turbilhão sempre pronto a nos ceifar de tudo que brilha e pulsa vida e alegria.

Por vezes, parece coisa de outros deuses, quase sempre invejosos e terríveis, ciumentosos, irascíveis, inconformados com a promessa de vida, de felicidade que a arte de Elis derramou sobre nós. Trata-se, sobretudo, de caso de encantamento, de um desses episódios mágicos em que o desaparecimento é sempre o início do reaparecimento, que sabemos que a emoção acre e doce, áspera e terna continuará a se desprender da música eterna de Elis.

É preciso que se diga que não foi caso de perfeição, de santidade, de alma sem mácula. Contraditória, perdida, confusa, vacilou e caiu, levantou-se, sacudiu a poeira, deu a volta por cima, generosamente colocou sua arte a serviço da transformação social do Brasil, a serviço do enriquecimento da subjetividade e da emoção de todos nós.

A **EM TEMPO**, mesmo, em mais de uma oportunidade, ajudou-nos financeiramente, franqueando-nos a venda de seus espetáculos, solidária contra todas as formas de opressão, de violência.

Seu engajamento político veio como uma espécie de condenação de uma arte maravilhosa. Suas interpretações de *Rancho da Goiabada* (João Bosco e Aldir Blanc), de *Construção* (Chico Buarque) e o *O Bêbado e a Equilibrista* (João Bosco e Aldir Blanc) são notáveis, emocionados e emocionantes momentos de nossa música, a música que se recusa a curvar, aceitar, sujeitar.

Tirem as patas de cima de Elis Regina! Esse grito de indignação e revolta ocorreu há cinquenta anos atrás a um grande revolucionário na defesa de Rosa de Luxemburgo.

A matilha assassina, sedenta, insaciável de brutalidade e lama quer agora a condenação de Elis. O artifice dessa nova torpeza é conhecido Harry Shibata, o mesmo que atesiu o laudo da morte de Herzog como suicídio, chefe do Instituto Médico Legal que legaliza as execuções sumárias dos esquadrões-da-morte, legais e ilegais.

Tirem as patas de cima de Elis Regina. Nenhuma mão enlameada, nenhum carrasco de plantão conseguirá apagar a luz intensa que ela brilha, a emoção que nos doa e que nos conforta, leva à luta e acompanha-nos na construção do futuro.

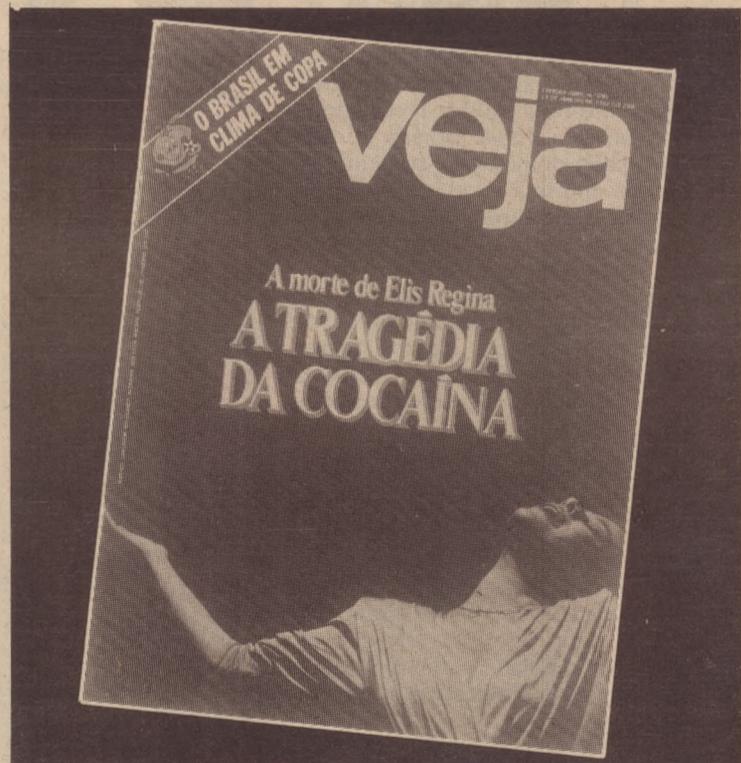
## Tirem as patas de Elis!

**T**rocar a dor da perda pelo sensacionalismo espalhafatoso, como os ratos, como os abutres.

A morte de Elis virou "A tragédia da cocaína", material para pedagogos de plantão, para conselhos sobre "o amargo brilho do pó". Harry Shibata à frente.

Para a revista VEJA, a notícia do laudo de origem viciada trouxe choque pior do que o da sua morte prematura e inesperada. Ponto de vista de delegacia policial, solitário e distanciado da comoção nacional que cercou a morte de Elis.

Possuída da coragem do alcaquete na linha de seu antigo parceiro Jair Rodrigues, pretendeu romper a mágica comunhão de sentimentos que envolveu a todos, emoção condensada da arte de Elis. Tomado o caminho do espetaculoso, só restava o recurso de converter a forte e complexa subjetividade de Elis no perfil de cera, da "moça que conheceu o sucesso, sem estar



preparada para a vida", expor os exemplos "de uma cabeça desafiada", da personalidade excêntrica. "De Elis Regina ficou a voz — exatamente o que esse complexo ser humano tinha de melhor", sentencia, ao final, VEJA.

Recurso pasteurizado de jornalismo para acalmar consciência de burguês. Elis era filha de nosso tempo, nossa também a sua procura. Haverá algum outro fetiche — a voz, a técnica — para explicar a sua capacidade de se renovar e permanecer?

Que razões levaram a revista VEJA a cometer essa calhordice? Interesse mesquinho em faturar? Ajuste de contas com quem em várias oportunidades colocou-se à disposição da luta dos oprimidos? Ou mero exercício de pensamento carregado da visão de mundo do policial?

Como está longe a época em que VEJA se encheu de dignidade se expôndo aos rancores da ditadura em matéria memorável de Antonio Carlos Fon sobre os porões da tortura. Ironia: só lhe sobrou mesmo, sob as cores expressivas, o ar sombrio dos algozes.